
Dionisio Márquez Arreaza

República, Idealismo e Fracasso: Dilemas do Romance Latino-americano no Centenário da Independência



República, Idealismo e Fracasso:

**Dilemas do Romance Latino-americano no
Centenário da Independência**



Dionisio Márquez Arreaza

República, Idealismo e Fracasso:

**Dilemas do Romance Latino-americano no
Centenário da Independência**



Copyright © Dionisio Márquez Arreaza

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Dionisio Márquez Arreaza

República, Idealismo e Fracasso: Dilemas do Romance Latino-americano no Centenário da Independência. Coleção Labelle. Vol. 2.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 107p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2293-6 [Impresso]
978-65-265-2294-3 [Digital]

1. Romance. 2. América Latina. 3. Republicanismo. 4. Fracasso nacional. I. Título.

CDD – 800

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Ana Maria Bernardes de Andrade

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Apresentação

Em maio de 2025, o LABELLE – Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque* completou seus primeiros dez anos. Como desconfiávamos, num país desigual e que pouco valoriza a pesquisa em ciências humanas, isso não é pouca coisa. Foi uma década pautada por muito trabalho, em sintonia com a intensa atividade dos professores, investigadores e alunos que integram o grupo.

A nosso ver, não haveria forma mais eloquente de celebrar essa efeméride que convidando os membros do LABELLE a publicizarem ensaios relevantes de sua autoria. Foi justamente com esse propósito que a coleção *Ensaio* foi concebida, planejada e conduzida, em parceria com a Pedro & João Editores.

Como o leitor perceberá, os títulos abordam temas situados temporal e espacialmente, com vistas a aprimorar, quando não problematizar, certas perspectivas relacionadas aos estudos em torno do que se convencionou chamar de “Pré-Modernismo” e/ou *Belle Époque* – quer dizer, o período aproximado entre as décadas de 1870 e 1920, no Brasil.

Colaboradores de diversas instituições analisam exaustivamente a atuação cultural e a produção literária de escritoras e escritores. A pluralidade dos temas e dos métodos de abordagem é emblemática: dialoga com a diversidade que sempre caracterizou o Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque*. Essa variedade certamente responde pelo êxito dos eventos promovidos e realizados por este grupo de estudos, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Todos os títulos da coleção serão disponibilizados simultaneamente no portal do LABELLE e no site da Pedro & João, casa editorial que prontamente acolheu o projeto. Somos muito gratos a Pedro Amaro e João Rodrigo, pelo intenso

diálogo e troca de ideias que permitiram aquilatar o impacto visual dos *ebooks*. Agradecemos igualmente aos colegas que confiaram seus trabalhos.

Cremos que esses livros desempenham diversos papéis, sobretudo dois: (1) o de mostrarem que, afora alimentar o prazer da leitura, a arte literária pode estimular a reflexão sobre as instituições, ou seja, o que está aí e precisa ser constantemente repensado; (2) o fato de que os coletivos geram maior energia e impacto que a pesquisa de seres isolados devido às contingências que induzem a competição entre pares e a concorrência entre colegas de trabalho, embora os interesses sejam os mesmos...

Esperamos que os títulos da coleção *Ensaio* sejam um modo eficaz e eficiente de engajar seus leitores, trazendo-os para a arena do combate cultural e político. Como se vê, as tarefas não são modestas; nem as ambições, pequenas. Por sinal, elas reforçam o empenho do LABELLE em promover os estudos de caráter interdisciplinar em torno dos objetos literários, derivando daí o propósito de estimular o diálogo entre a literatura e as outras artes – situadas em tempos e lugares que carregam traços identificáveis das tensões brasileiras, ainda hoje.

*Carmem Negreiros &
Jean Pierre Chauvin*

Sumário

O fio constitucional como tecido literário.....	9
Romantismo indígena e agrário em <i>Triste fim de Policarpo</i>	
<i>Quaresma</i>	21
Policarpo alencariano: a verdade romântica.....	21
Ser ou não ser tupi	25
Policarpo agricultor	28
Política rural.....	31
Neoclassicismo econômico e agrário em <i>En este país...!</i>.....	37
Gonzalo bellista: o liberalismo agrário	37
O ideal econômico liberal.....	40
A doença e a dependência de classe	45
Sujeito ex-colonial, Constituição e exclusão social.....	57
Guerra e fracasso	67
Reflexão carcerária: a decepção do sujeito ex-colonial.....	73
O contraste com o sujeito marginalizado.....	89
Enunciação romanesca e adiamento da emancipação social ..	97
Romance republicano e crise constitucional	101
Sobre o autor	107

Nota

Alguns materiais desse livro tiveram primeiras redações nos seguintes artigos em revistas acadêmicas: “La crisis del constitucionalismo en las letras: de la crítica novelesca a la fundación literaria en Brasil y Venezuela”, publicado na revista *Literatura: teoría, historia, crítica*, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 141-170, 2015; e “O outro republicano: política rural e reflexão carcerária em *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto e *En Este País...!*, de Urbaneja Achelpohl”, *Cadernos do IL*, Porto Alegre, 49, p. 109-125, 2015.*

* O livro é uma versão da pesquisa de dissertação na UFRJ, orientada pelo Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho, a quem quero agradecer de maneira muito especial.

O fio constitucional como tecido literário

Na América Latina, a produção escrita e a realidade social se relacionam estreitamente desde o início da colonização. As figuras políticas e literárias do século XIX testemunharam com entusiasmo a constituição e consolidação de regimes sociopolíticos independentes na América do Sul lusófona e hispanófono. Os escritores da primeira metade do século XX refletiram cuidadosamente sobre os acertos e erros desse passado recente e, preocupados com assuntos nacionais no seu próprio tempo, experimentaram na ficção modelos ideais de organização social.

Exemplos dessa reflexão e experimentação literária se encontram na obra do brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e do venezuelano Luis Manuel Urbaneja Achelpohl (1873-1937). Nas novelas *Triste fim de Policarpo Quaresma*¹ e *En este país...!*,² esses autores recriam, respectivamente, a Revolta da Armada (1893-1894) e, em forma latente, a “Revolución Libertadora” (1901-1903), guerras internas desestabilizadoras, associadas, no primeiro caso, à instauração da República do Brasil, e no segundo, à consolidação da República da Venezuela.

¹ Publicado em forma periódica em 52 folhetins do *Jornal do Comércio*, edição da tarde, entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911. Foi publicado como livro na íntegra, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, pela Tipografia Revista dos Tribunais em 1915.

² Publicado como livro na íntegra, pela primeira vez, em Buenos Aires, pela Imprensa de José Tragant em 1916; e depois em Caracas, pela Editorial Victoria, em 1920. Porém, dois de seus capítulos, o IX e o VI, tinham sido publicados, já na sua forma definitiva, em Caracas na revista *El Cojo Ilustrado* em 1901 e 1902, respectivamente, e intitulados “Ruiseñol” e “Cigarrones del Ávila”.

O referente histórico prefigura o ambiente narrativo e permite a compreensão da crítica política contida nesses textos. O ideário político republicano, reapropriado confusa e criativamente do modelo francês, funciona como o código-mestre que atravessa as tensões sociais vistas nesses dramas. O ideal de igualdade contrastará com as iniciativas fracassadas de personagens de ardente patriotismo, no contexto histórico de desigualdades e desequilíbrios profundos, oferecendo um retrato complexo e caótico das sociedades carioca e caraquenha, assim como evidenciando a diferença entre teoria e práxis do sistema republicano, marcado pela exclusão e pela violência. Além disso, os personagens fracassados revelam concepções distintas e práticas diversas da ordem republicana dentro e entre cada realidade nacional. Nesse sentido, a compreensão da diferença histórico-política desses dois setores linguoterritoriais sul-americanos abre novas perspectivas para o estudo comparado da experimentação literária que dialoga com as tensões dos regimes republicanos, especificamente, o brasileiro e o venezuelano.

Seguindo o crítico norte-americano Fredric Jameson em *The Political Unconscious*,³ a minha leitura compartilha o imperativo político na interpretação do texto literário, o que não é algo complementar, mas horizonte absoluto. É imperativo, no caso, no romance social latino-americano que não busca a dimensão política porque esta já vivia dentro dele desde sua imanência e materialidade verbal-estética. A historiografia histórico-política é necessária, então, não como acréscimo de leitura, mas como registro histórico e retórico para se analisarem formas de cultura profundas com as quais os romances entram em diálogo, bem como com a historiografia literária, que também está presente neste trabalho. Longe de um

³ JAMESON, Fredric. *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act*. Ítaca: Cornell UP, 1994, p. 8.

reducionismo sociológico, predeterminado pela “narração” histórica nacional, trata-se de uma “redução estrutural”, conforme Antonio Candido, movimentada de um ponto de partida (histórico ou societal) a um ponto de chegada (o texto).⁴ A vida e o mundo falam sobre o texto e, por reciprocidade, o texto (ou minha interpretação dele) constrói sua fala política a partir dos anti-heróis nacionais do fracasso romanceado, a saber: Policarpo Quaresma, protagonista em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (doravante *Triste fim*) e Gonzalo Ruiseñol, co-protagonista em *En este país...!* (doravante *Este país*).

Metaforicamente, a linha política e a linha narrativa são fios do mesmo tecido textual. Propriamente, os elementos narrativos (personagens, ações, descrições) apresentam tensões simbólicas cuja compreensão está significada, literalmente, pelo conflito político, a saber: a linguagem republicana da vida latino-americana nos termos retóricos da afirmação de independência política diante da metrópole europeia, do bipartidarismo opondo conservadorismo/liberalismo, centralismo/federalismo e civilismo/militarismo, e do constitucionalismo parlamentarista ou presidencialista. Nessa textura e tessitura narrativa, os romances falam “republicanamente” por meio do itinerário dramático de Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, tanto literário quanto político.

Chama muito a atenção que ambos os personagens, cidadãos proprietários das classes média e alta, realizam um percurso fracassado na tentativa de entusiasmar e materializar ideias e reformas que contribuiriam para formar as atitudes patrióticas necessárias para o progresso do país. Primeiramente, com o amor e o exagero nacionalista discutem sobre a grandeza da pátria, em particular, o desenvolvimento da agricultura, para comprovar, quer o potencial da terra nacional, quer a

⁴ CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004, p. 9.

eficácia da ciência agrônômica. Porém, essas ideias não se adaptam na terra local, entre outras razões, pela retórica fora de lugar e a dependência tecnológica. Ademais, o entorno rural não as aceita porque representam alternativas incômodas e ilegíveis para a ordem existente do interesse pessoal e/ou da agricultura tradicional. Eles terminam sendo excluídos política e economicamente de qualquer empreendimento ou participação, ainda que existam também condicionamentos internos do próprio personagem, ou seja, da própria ideologia dominante. Teoria e prática na República não batem, e assim fracassam a convicção patriótica, o reformismo agrário e o sacrifício bélico de Quaresma e Ruiseñol, cada um em seu respectivo romance.

Depois, a violência da guerra e o lugar do cárcere conduzem Policarpo e Gonzalo até a decepção definitiva, e suas ideias, embora concebidas à imagem do discurso hegemônico do progresso liberal, se transformam em algo diferente, uma coisa “outra” diante da República que as inspirou. Ao longo do estudo, proporei que a exclusão e a decepção do republicano “outro” porque idealista, personificado em Policarpo e Gonzalo, virão revelar como a República liberal nega seus direitos ao cidadão proprietário, contradizendo assim seu próprio paradigma como sistema de inclusão social.

A negatividade com que o sistema republicano trata o idealismo patriótico nas ficções sublinha com toda a força enunciativa dos romances a subsistência, na República, das formas coloniais de exclusão vistas durante séculos contra o indígena e o negro. Como se verá, essa exclusão étnica também tem um papel importante nos dois textos. Ou seja, nesses países, o hábito colonial de olhar o outro com desprezo e de oprimi-lo violentamente continua operativo, agora contra os “outros” no regime republicano, manejado no estreito jogo de poder entre radicais e conservadores da elite nacional. Os romances são então textos “republicanos” porque o drama

literário e a ação narrada criticam a exclusão política e econômica por meio da opção idealista e, dessa maneira, se diferenciam e misturam entre si o que a República projeta ser (o ideal), o que deveria ser (inclusivo) e o que de fato é (excludente).

Na medida em que se aprecia a diferença política, a ação dramática ganha nova legibilidade e vira enunciação romanesca e política simultaneamente, razão pela qual a comparação literária se integra à diferença política. A diferença política entre o Brasil e a Venezuela que interessa aqui pode ser traçada nos processos de Independência e na instauração de suas repúblicas. Ao revisar brevemente os momentos centrais em ambos os processos se poderão distinguir as conotações de “República” nas órbitas carioca e caraquenha que contextualizam, via ficcionalização de eventos históricos, os textos representativos de ambas as literaturas nacionais.

Os antecedentes que determinam a diferença mencionada se originam ao redor da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, e da ruptura das Colônias hispânicas com o Governo do Império espanhol, em 1810. Nessa conjuntura-chave, as monarquias ibéricas seguem destinos muito distintos, com impactos determinantes para o futuro de suas possessões coloniais. Quando Napoleão invade Portugal, em 1807, o rei D. João VI foge para o Rio de Janeiro, transformando a Colônia que exportou o pau-brasil no centro temporal do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Pelo seu lado, a dividida monarquia espanhola, subordinada ao Império napoleônico, possibilita a ruptura entre rei e governo. Assim, vários vice-reinados hispânicos se alçam, ainda leais ao rei, desconhecendo a autoridade do governo-sem-rei. A diferença é que enquanto no Brasil o regime monárquico tem continuidade, na América Hispânica se rompe com ele.

Desse modo se iniciam processos específicos em direção à Independência, os quais depois darão lugar às concepções e

práticas locais da ordem republicana para cada país sul-americano. O processo de independência hispano-americano se radicaliza no movimento republicano bélico (1810-1830) contra a Espanha, liderado por figuras como Bolívar, O'Higgins e San Martín, e rompe todo vínculo político com a Monarquia absoluta espanhola, para isso congregando de maneira desigual todos os setores da sociedade colonial.⁵ Ao longo do século XIX, parte da elite *criolla*⁶ letrada registra o processo e faz destaque em sua participação por meio de textos literários. Essa produção textual inclui o venezuelano Fermín Toro, o argentino Sarmiento, o cubano Martí e o uruguaio Rodó.

Ao contrário, no processo de independência luso-americano, as transformações operam como uma espécie de negociação: nas mudanças há um termo de continuidade. Entre os anos de 1822 e 1824, D. Pedro I proclama a Independência que resultaria em um marco constitucional, embora continuando o regime monárquico herdado pelo seu pai, D.

⁵ CARDOZO, Lubio. *Debajo de un considero, me puse a considerar*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1987, p. 78.

⁶ *Criollo* como termo de identidade de sujeitos culturais varia, dados os distintos modos de representação na história hispano-americana, da Colônia à Independência. Deixando de fora a acepção linguística do termo, *criollo* vai significar tanto os descendentes de espanhóis e europeus nascidos na América – e por isso são a elite política e econômica – quanto qualquer sujeito nascido na América, além dos distintos graus de mistura étnica. Aqui uso-a como “elite política”. Sobre a questão, cuja historiografia contém posições contrárias, cf.: ARROM, José Juan. *Criollo: definición y matices de un concepto*. *Hispania*, Madri, v. 34, n. 2, p. 172-176, maio 1951; VELÁZQUEZ, Mariadel Carmen. Nueva estructura social en Hispanoamérica después de la Independencia. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Colônia, v. 5, n. 1, p. 264-281, 1968; KUZNESOF, Elizabeth Anne. Ethnic and Gender Influences on “Spanish” Creole Society in Colonial Spanish America. *Colonial Latin American Review*, Londres, v. 4, n. 1, p. 153-176; MAZZOTTI, José Antonio. Race, Ethnicity and Nationhood in the Formation of Criollism in Spanish America. In: MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, Yolanda; ARIAS, Santa. *The Routledge Hispanic Studies Companion to Colonial Latin America and the Caribbean (1492-1898)*. Londres: Routledge, 2020, p. 87-100.

João VI. Por outro lado, a estrutura parlamentarista e eleitoral já tinha podido se consolidar durante os reinados de D. Pedro II e da princesa Isabel, quando em 1889 se funda a República do Brasil, num conluio entre militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos da Geração de 1870.⁷ Certamente o entusiasmo republicano foi a princípio acompanhado por letrados como Euclides da Cunha e Olavo Bilac.

O Brasil e a América Hispânica registraram conflitos armados e uma crise interna entre os séculos XIX e XX, mas na continuidade e ruptura das mudanças históricas contrasta-se a evolução política em cada sub-região. No caso brasileiro, os conflitos internos não lograram desintegrar a união territorial e, chegada a Primeira República, a nova constituição substituiu, mas não quebra o fio constitucional, visto que figuras importantes da classe governante e dos setores econômicos procederam do quadro monárquico. No caso hispano-americano, o movimento bélico inicialmente contra a Espanha se dividiu, e depois os grandes generais-caudilhos⁸ desuniram o território emancipado, constituindo distintos países por meio de guerras destabilizadoras que quebraram o fio constitucional re-fundando uma nova República com cada golpe ou revolução.

O “republicano” na América Latina é um termo cultural e historicamente específico e ao mesmo tempo variável. Por isso as literaturas sul-americanas que reescrevem e reinterpretam a vida republicana como ordem social, compartilhada na região,

⁷ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16.

⁸ Sobre o tema do caudilho hispano-americano, cf.: ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal. El caudillismo en América Latina: algunas reflexiones generales. In: ATEHORTÚA CRUZ, Adolfo León. *América Latina: episodios de historia social y política*. Buenos Aires: UNIPE; Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2021.

precisam de uma comparação que valorize suas diferenças. Os processos de continuidade e ruptura do fio constitucional determinam, por um lado, tanto a maneira com que se proclama a República quanto as concepções e práticas da ideologia republicana; e por outro lado, os referentes históricos reescritos ou ficcionalizados nos romances de Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl, que constituem o objeto deste estudo.

Minha leitura aponta para o constitucionalismo como a instância medular do sistema republicano e sua retórica. É sua razão de ser, define o ser da nação e é um referente material imediato. Como documento, a constituição é onipresente: é um texto legal que abrange toda a atividade em sociedade, insere regras de conduta na vida cotidiana e lhe fornece e impõe sentido imediato e simbólico. O constitucionalismo é parte do subtexto jamesoniano sobre o qual os textos adquirem inteligibilidade e “fazem sentido”. Com base nessa instância formal, a da república constitucional, os autores estudados observaram os conflitos gerados e as lógicas de exclusão na feição particular a cada nação.

A representação da vida cotidiana e do sistema de organização social constitui uma das características-chave do realismo latino-americano que encerra a lógica literária do século XIX, a qual antecederia as vanguardas modernizadoras. A construção ficcional dos personagens conduz a uma experimentação narrativa dos problemas do indivíduo num entorno dado, como no naturalismo de Zola, mas também é a relação entre indivíduo e entorno que leva à observação dos problemas da sociedade na sua história como nação explicitamente latino-americana. Dessa forma, o fracasso dos personagens representa artisticamente, como sugerido, a tensão entre discurso ideal liberal patriótico e prática republicana excludente, emoldurada na história política do Brasil e da Venezuela.

Três elementos articulam a crítica ao projeto de nação nas ficções: a fundação da literatura nacional, com o neoclássico Andrés Bello (1823-1826) e o romântico José de Alencar (1857-1874), respectivamente, em correlação com os programas político-ideológicos constitucionalistas (monarquistas ou republicanos) nos primeiros setenta anos da independência política; o processo compulsório de modernização liberal na América Latina entre 1870 e 1910, coincidente com as guerras internas ficcionalizadas nos romances e com a entrada do Brasil na forma republicana; e, conseqüentemente, o momento de composição e publicação das obras (1901-1920), a partir do qual se verifica um uso criativo das formas realistas na ficção, assim como uma renovada ambição pelo poder político por parte da classe armada.

A relação entre os três elementos sugere que Policarpo e Gonzalo são portadores dos ideais patrióticos em sintonia com o discurso político fundacional, que perdem vigência no contexto republicano de modernização, caracterizado pela exclusão social e o uso da força. As ficções representam o projeto de nação independente em dívida com as exclusões herdadas do período colonial (i.e.: latifúndio e escravidão) e, assim, evidenciam a capacidade do romance de tecer críticas numa relação transtemporal, por meio de uma apropriação estilisticamente híbrida da descrição realista, em parte naturalista, de forte orientação social. Essa estratégia crítica tripla, em romances publicados nas primeiras duas décadas do século XX, coloca a retórica ideal-nacionalista ao longo do período da pós-independência em tensão com o projeto de nação durante a modernização no final desse século, ainda baseada na mencionada retórica, de maneira a melhor apreciar os problemas da sua atualidade e contemporaneidade.

Nesse sentido, podemos constatar que, nos dois romances analisados, os personagens fracassados são estratégias narrativas que criticam o discurso de nação independente –

projetado pelos árcades e românticos há um século e que moldava o imaginário coletivo de então –, para estabelecer, na relação entre texto literário e história política, a representação artística da vida nacional e, em particular, os “males” da República latino-americana. E qual o sentido de se constatar isso? A resposta é que essa constatação ajuda a interpretar o dinamismo de representação na ficção como formulação simbólica do dinamismo da história, o que permite não apenas arguir a favor da primazia discursiva e política de toda produção textual, sem subestimar critérios histórico-formais, mas também argumentar contra qualquer subordinação entre campos gnosiológicos na interpretação da obra literária.

As tensões sociais da representação literária elaboradas por esses dois escritores e vistas a uma distância centenária estão, por um lado, dialogando intertextualmente com o que chamo de retórica fundacional, mas também, por outro lado, em tal diálogo estabelecem por correlação pontos de contato com o dinamismo da situação da independência, dado que ambas, retórica e independência, significam a nação. É nessa convergência discursiva que as tensões analisadas ganham força no estudo da “razão de Estado” de tal situação na Hispano-América e no Brasil: a instauração do sistema constitucional e as questões sociais, ardentemente debatidas, que a acompanharam.

O que quero salientar, nesse estudo de *Triste fim e Este país*, é que tanto o desenho dramático do personagem quanto a enunciação do narrador são recursos distintivos de narração em relação crítica e significativa. O estudo de personagens fracassados como crítica ao projeto de nação certamente não diz nada novo ao identificar a tensão entre discurso nacional e prática societal. Apenas contribui a dizer que a margem de dessemelhança entre estes sempre opera em qualquer narrativa ou representação da nação até os nossos dias. O que é interessante, pois, observar é como os elementos discursivos e

as dinâmicas de oposição têm determinado as conjunturas conflituosas pela definição do que é nacional, definição sempre incompleta pela própria seletividade discursiva e as dívidas sociais históricas que ela implica.

Por essa razão, acho mais proveitoso estudar o modo como essa tensão tem-se formalizado no texto, do que identificar, com astúcia simulada, o fato simples de a tensão existir; é como se o argumento do trabalho consistisse em descobrir a contradição da nação ao contrastar discurso e realidade, por um lado, e, por outro, retórica e independência. Desde sua fundação textual, a nação é uma dialética entre esses binômios na articulação da representação narrativa, a literatura nacional e a independência política, e vale a pena observar como funciona em cada caso essa articulação.

Romantismo indígena e agrário em *Triste fim de Policarpo Quaresma*

Policarpo alencariano: a verdade romântica

Em *Triste fim* o discurso nacionalista de Policarpo se constrói na técnica de leitura romântica da paisagem brasileira (e não só da paisagem). A respeito disso diz Negreiros de Figueiredo:

Esta imagem da *paisagem* como pátria composta por uma natureza exuberante, o intelectual Quaresma [colhe] dos livros, produzidos por outros intelectuais que, cientes da importância da *palavra*, engendraram, através dela, uma nação: os pensadores da segunda metade do século conhecidos como os autores românticos brasileiros.⁹

A palavra do livro romântico, com Alencar como representante maior do gênero na historiografia literária, é a fonte da verdade para Policarpo. Ao mesmo tempo, ela vem do procedimento verbal da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, na qual “[a] descrição da terra [...] partiu [...] de uma necessidade de incitar à ação – linear, uniforme – colonizadora pela *palavra*”.¹⁰ Esse procedimento, que Silviano Santiago chama “metaforização da linguagem”,¹¹ estabelece a diferença entre o

⁹ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 28 (grifos no original).

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 30 (grifos no original).

¹¹ SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma: edição crítica*. Madri: ALLCA XX; Scipione Cultural, 1997, p. 540.

Brasil real e o Brasil textual ou metaforizado. Assim, os reformismos de Policarpo – o requerimento para converter o tupi-guarani em língua oficial e a exploração agrícola da “exuberante” terra fértil – fracassam no deslocamento entre o discurso “linear” e “uniforme” de seus livros e a realidade de fato baseada “na ordem social plenamente hierarquizada, autoritária, [e] marcada pela exclusão”,¹² Policarpo é um sujeito perfeitamente integrado ao sistema, mas o exclui sua leitura quixotesca do discurso oficial.¹³

A palavra escrita equivale para Policarpo à verdade absoluta e indica que as terras brasileiras são as mais fartas e férteis do mundo, a visão inocente do significante correspondendo direta e exatamente ao significado.¹⁴ Ademais, seguindo os testemunhos escritos desde os viajantes europeus até os românticos, como propõe Negreiros de Figueiredo, a descrição da natureza farta atende ao interesse mercantilista da colonização.¹⁵ Policarpo reproduz por um lado, inconsciente e anacronicamente, o discurso colonizador, mas por outro, segue a ressignificação romântica de José de Alencar, que idealiza a fartura da terra brasileira. Dessa forma, a relação com a escrita romântica alencariana se relaciona intertextualmente com o personagem Policarpo, ao mesmo tempo que essa tradição romântica serve, no realismo de Lima Barreto, como instrumento de crítica social não só sobre o idealismo da paisagem, como também sobre todos os enunciados e atos na trajetória de Policarpo.

No primeiro capítulo da primeira parte, o narrador passeia pela ampla biblioteca brasileira do protagonista e encontra,

¹² FIGUEIREDO, op. cit., p. 54.

¹³ BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983, p. 359.

¹⁴ WASSERMAN, Renata Mautner. Lima Barreto, the Text and the Margin: on *Policarpo Quaresma*. In: BARRETO, op. cit., p. 563-564.

¹⁵ FIGUEIREDO, op. cit., p. 29.

entre os muitos volumes, a obra “toda” de Alencar (o adjetivo “toda” em parênteses enfáticos), salientando a interpretação ingênua do mundo. A vasta natureza farta e o indígena revalorizado que constituíram a grandeza e origem do Brasil na linguagem literária e polemista de Alencar passam a formar a ideia de pátria de Policarpo. Distinto da abstração do primeiro romantismo de Gonçalves de Magalhães, o segundo romantismo literário de Alencar se documenta nas crônicas da conquista e na literatura de viagem de europeus ou dos próprios brasileiros durante a colonização e, portanto, supera a mera verossimilhança de ficção e se equipara a fato verídico.

Eder Silveira destaca que em *O Guarani* (1857), primeiro romance indianista de Alencar, se constrói o valor veraz do livro romanesco por meio da nota paratextual do rodapé.¹⁶ Esse “segundo livro” é composto por 57 notas, que se referem ao aparelho crítico “historiador”, a títulos de cronistas e viajantes e também à erudição filológica sobre expressões de origem tupi. Assim Alencar faz um diálogo “científico” entre ficção e fontes pesquisadas, elevando a palavra literária a estatuto de “grande interpretação da formação da nacionalidade brasileira”.¹⁷ Tal diálogo ultrapassa o campo das letras – e a obra de Alencar, Gonçalves Dias e Castro Alves –, constituindo a forma como o brasileiro imagina a nação na segunda metade do século XIX.

A ideologia do romantismo nacional funciona como leitura do mundo, que então era reflexo objetivo da realidade, mas que, na voz irônica do narrador, torna-se um modo quixotesco de vida, pois não se trata de uma recepção passiva a essa ideologia, mas ativa até certo ponto. Lemos nas primeiras páginas do romance:

¹⁶ SILVEIRA, Éder. *Tupi or not tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2007, p. 91.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 91-92.

Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.¹⁸

Estando o protagonista ciente de sua condição cidadã, a paixão por conhecer tudo sobre o Brasil domina a atividade intelectual pura, tornando-o conscientemente autoisento das brigas de participação política direta. Seu patriotismo faz com que ele se creia capaz de contribuir com reformas e soluções para os problemas do país por meio dos mecanismos legais existentes do Estado, e é essa proatividade idealista que move a ação do personagem e estrutura as três partes do romance e seus três temas: o indígena, o campo e a guerra.

Porém, é por estar ciente também da indiferença e rechaço do entorno social, íntimo e de trabalho, que se estranha seu patriotismo intenso, muitas vezes à maneira de burla. Dona Adelaide, sua irmã, chama sua fala patriota de “manias”, e na repartição o chamam de “Ubirajara”, personagem e título de um romance indianista de Alencar.¹⁹

Não obstante, a tensão do romantismo nacional entre imaginação fictícia e caráter factual histórico tem em Policarpo uma feição particular, que Lilia Moritz Schwarcz denomina “o patriotismo romântico e artificial das nossas elites”.²⁰ A compreensão de mundo do personagem parte da veracidade da escrita romântica, a qual ultrapassa a si mesma numa radicalização literal do indianismo que o programa alencariano não contemplou. Unido a isso, o desenho do personagem

¹⁸ BARRETO, A. H. de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 16.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 14, 17.

²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 12.

constrói uma compreensão ingênua da obra lida. O que é especial em Policarpo é que a compreensão literal e ingênua do hábito romântico de leitura misturará, numa forma que transgride as convenções da sociedade carioca da última década do século XIX que ambientam a ficção, o espaço da cultura letrada com o do poder político nas três partes do livro: o Congresso, o latifúndio e o Executivo. A cultura letrada codifica o discurso simbólico da brasilidade convencionalmente aceita nesses espaços. Porém, essa mistura “espacial-simbólica” de patente “ingênuo-literal”, promovida por Policarpo, aprontará as situações mais risíveis e irônicas que conformam o efeito crítico de *Triste fim* e, também, sua crítica extranarrativa à forma republicana como documento de várias transversalidades simbólico-discursivas.

Ser ou não ser tupi

Dentre as iniciativas da tripla estrutura narrativa, começo pelas primeiras duas: o indígena e o campo. Seguindo o preceito romântico, Policarpo estuda os costumes indígenas, mas no seu caso, isso o leva a situações fora do comum. No segundo capítulo da primeira parte, na ocasião de uma visita do compadre (Vicente Coleoni) e da afilhada (Olga Coleoni), ele os recebe em sua casa aos prantos. Eles estranham e perguntam a razão, e Policarpo justifica que o cumprimento tupi de chorar seria o “nosso”, em oposição ao convencional apertar de mãos.²¹ Apesar disso, o problema maior da primeira parte do livro vem no capítulo quatro, quando a revalorização do indígena como elemento local e fundamento da identidade nacional o leva a enviar um requerimento para o Congresso. No requerimento, transcrito no romance, Policarpo propõe seja decretado o tupi-guarani como língua nacional por ser “fisiológica” e

²¹ BARRETO, op. cit., p. 37-38.

“psicologicamente” mais adequada à expressão brasileira (“aos nossos órgãos vogais e cerebrais”), à tradução da sua “beleza” e por ser “criação” do habitante natural dessa terra, que morou e ainda mora ali; ele a opõe à língua portuguesa “emprestada”, de outra terra e que deu tanta “polêmica” gramatical entre os “proprietários da língua” do “campo das letras” e conclui que essa “emancipação idiomática” é “complemento e consequência” da “emancipação política”.²² Nessa ocasião, o ideal nacionalista de Policarpo passa da leitura à própria escrita, da recepção à produção. Isso é um salto qualitativamente significativo para o personagem porque o patriotismo veraz não está subordinado só à palavra lida; agora o sujeito romântico é capaz de produzir seus próprios textos também verazes em razão da mencionada lógica da documentação probatória.

Duas questões se destacam na linguagem do requerimento: a argumentação e a afirmação política. Primeiro, a forma de argumentação é lúcida e o tom, esclarecido, ainda que apaixonado, nenhuma frase é irracional ou temperamental, e a intervenção está como que contida na tranquila legitimidade do saber. Se a revalorização do indígena provém da estética romântica, o requerimento se constrói no discurso positivista da ciência médica que dominou o naturalismo literário nos últimos vinte anos do século XIX, de Zola a Azevedo. A fisiologia serve a Policarpo de instrumento construtor de legitimidade, razão pela qual, nesse ponto do romance, não se pode classificá-lo por inteiro de anacrônico, nem pelo estilo textual, nem tampouco pelo convencionalismo histórico da visão romântica que o orienta. As ideologias romântica e positivista se distinguem na função do sujeito, no tratamento do objeto e na epistemologia, mas ambas contam com estratégias de documentação e,

²² Idem, *ibidem*, p. 60.

sobretudo, de especialização discursiva (frase, léxico) que legitimam seus achados.

É sofisticado para um personagem romanesco ambientado no apogeu positivista oitocentista discutir a escolha do idioma e o instrumento de comunicação oficial da nação com base na noção de adaptabilidade climática e corporal do indivíduo como organismo físico, baseando a discussão no fato histórico romantizado da vivência passada e presente no grupo humano originário tupi. Assim, o requerimento de Policarpo é lúcido e sensato como documento cultural. Porém, como documento legal representa uma transgressão simbólica no sistema de valores da sociedade carioca da época. Não é transgressão por violência ou polêmica simbólica – o que aliás é constitutivo da cultura letrada brasileira, i.e., entre Gonçalves de Magalhães e Alencar e este e Nabuco. O requerimento é transgressivo pela mistura entre esfera simbólica e espaço público específico, produto da feição literal e ingênua de Policarpo como personagem. A revalorização do indígena na esfera letrada e, simultaneamente, a sua exclusão do espaço da vida pública e cotidiana não incomodam a ordem simbólica da nação. O que incomoda é a introdução do argumento da cultura letrada no espaço público, ou especificamente, da narrativa indianista como regente verdadeira do Poder Legislativo. Assim, a transgressão entre espaços ameaça demais a ordem simbólica. Inclusive, a recepção positiva e negativa do romance na época pode ser entendida como índice da tensão entre retórica nacional e prática societal que Lima Barreto ficcionaliza em seu personagem idealista e patriota.

Em segundo lugar, o requerimento é afirmação política no que diz respeito à associação do idioma à independência do país. Lúcido e ingênuo em partes iguais, a “emancipação idiomática” referida por Policarpo coloca vivamente a questão pós-colonial no contexto brasileiro por meio dos discursos romântico e positivista sobre a identidade nacional. Seguindo o

raciocínio de Policarpo, o indígena é o brasileiro por excelência. Se o seu idioma é o tupi-guarani, logo este deve ser a língua do Brasil. Se o idioma do invasor, o português, continua sendo língua nacional, a independência não se completou, o que supõe, ainda, que a emancipação política não pôde ser sucedida pela cultural. Se o Brasil fala o idioma do invasor e reproduz sua cultura, então a interpretação romântica da nacionalidade e o relato da independência política se encontram numa contradição básica. A ótica quixotesca (livresca, literal, ingênuo) de Policarpo ridiculariza o sentido do requerimento e o próprio personagem, mas o ridículo e a ironia adquirem uma carga crítica em *Triste fim*, na contracorrente do academicismo da *Belle Époque* carioca, e registram a tensão da retórica fundacional do romantismo nacional, ou seja, a tensão entre independência e herança colonial na história do século XIX brasileiro.

Policarpo agricultor

Depois de ser afastado do seu cargo no Arsenal de Guerra e ter passado por um hospício para “reabilitação”, Policarpo muda para o campo, motivado pelo conselho sensato da afilhada Olga Coleoni. Na segunda parte do romance, essa tensão se reformula nas iniciativas agropecuárias. Em acordo com a narrativa nacional romântica, Policarpo é convencido da fertilidade da terra brasileira. Seu lema pode se resumir na frase: “A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo...”.²³ O propósito de comprar o sítio Sossego demonstrar isso como fato verídico, não é buscar fortuna ou subir na escala social e política. Novamente, a convicção e a iniciativa patrióticas ativam os mecanismos da educação romântica, no caso, do naturalismo científico com o qual entende os boletins e estatísticas de agricultura, dos quais o narrador suspeita. Cabe

²³ Idem, *ibidem*, p. 93.

notar que a interpretação romântica do mundo não depende só da literatura fundacional, que é apenas um galho do sistema interpretativo da brasilidade. No sítio, como numa expedição, ele classifica os “produtos naturais” e, como num museu, os “etiqueta”.²⁴ Apoiado na lógica da documentação, forma uma biblioteca com “boletins oficiais da agricultura nacional”, manuais de “botânica, zoologia, mineralogia e geografia”, catálogos de instrumentos de medição agrícolas e livros sobre a matéria “nacionais, franceses e portugueses”.²⁵

Ao termo da experiência agricultora, o fracasso não depende só dele; vários problemas e questões aparecem, mas fica claro que o trabalho agropecuário não é fácil e que as terras não têm nem fertilidade nem fartura ilimitadas, ao contrário da crença romântica em termos gerais e, na origem discursiva, do romantismo literário nacional. O personagem, nesse ponto, cede parcialmente seu entusiasmo com a ideologia romântica da natureza, ao experimentar, no campo, o esforço físico esmagador, a luta interminável contra pragas comuns como ervas parasitas e saúvas, e ao reconhecer a necessidade de máquinas importadas e pesticidas para otimizar o trabalho, restando como único ponto de resistência o uso de fertilizantes para enriquecer terras por si só insustentáveis.

Duas tendências se opõem ao romantismo agrário de Policarpo: a tradição empírica e o cientificismo tecnológico. O personagem Anastácio, seu empregado, sabia do trabalho da roça, por ter sido escravizado, e seus conhecimentos empíricos se impuseram, na prática, sobre o conhecimento livresco e os instrumentos de medição de Policarpo, para os quais ele se mostra mais receptivo. Nesse sentido, Renata Wasserman²⁶ observa: “No processo [Policarpo e Anastácio] devem

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 96.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 97.

²⁶ WASSERMAN, *op. cit.*, p. 569.

abandonar alguns dos métodos novos, estrangeiros e científicos, deixando os livros apodrecerem e os instrumentos oxidarem, e aprender a respeitar e adotar a sabedoria folclórica dos agricultores ao seu redor” (tradução nossa).²⁷

O desconhecimento da técnica e do saber dos camponeses que trabalham a terra contribui para o fracasso. A questão se complica com a adesão de Policarpo finalmente, não sem ressalvas, às máquinas “americanas” que representam a intervenção artificial do homem na pureza idílica da natureza “farta” e “fértil”. Tanto o conhecimento empírico tradicional quanto o científico-tecnológico – que também se opõem entre si – corroem o fundamento da ideologia romântica e sua documentação probatória. Embora a experiência prática sugira inconsistências para esse idealismo, Policarpo inaugura um panorama diferente na agricultura, mais real e menos romântico. Não obstante, ao mesmo tempo, ele não pode abrir mão da retórica fundacional da fertilidade porque negá-lo significaria negar a pátria. A esse respeito, Antonio Candido aponta que “dos pressupostos ostensivos ou latentes da literatura latino-americana foi esta contaminação, geralmente eufórica, entre a terra e a pátria, considerando-se que a grandeza da segunda seria uma espécie de desdobramento natural da pujança atribuída à primeira”.²⁸

A imagem engrandecida da terra e a ideia de pátria preenchem essa imagem de terra conferem um valor singular ao romantismo literário não só brasileiro, mas à fundação literária latino-americana. Visto que a ideia de pátria ocupa o lugar mais alto do sistema idealista de Policarpo – sistema oriundo, precisamente, da bibliografia romântica –, é impossível para ele

²⁷ “[I]n the process [Policarpo and Anastácio] must abandon some of the new, foreign, scientific methods, leaving books to rot and instruments to rust, and learn to respect and adopt the folk wisdom of the farmers around them.”

²⁸ CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática 1989, p. 140-141.

refletir sobre uma fertilidade em carência, porque o resultado seria uma pátria invalidada – questionamento que chegará na terceira e última parte do romance, nas suas reformulações durante o período de guerra.

Essas duas forças de contradição, intrínsecas à agricultura nacional, das quais Policarpo é suficientemente consciente, não mudam a essência do seu pensamento (a grandeza da terra), mas elas o comprometem a interpretar os problemas do trabalho agropecuário como na realidade são, e não apenas por uma interpretação ingênua e literal enraizada na leitura romântica de livros científicos. A capacidade de reflexão sobre problemas práticos constitui o desenho intelectual do personagem e mostra, assim, a tensão entre o romantismo agrário e o esforço brutal e desproporcional que o próprio trabalho em si implica, junto com a precária rentabilidade, quase insustentável. Tal realidade do trabalho rural é o que o roteiro romântico apaga apresentando-o como coisa fácil, e condicionada, reitero, pela ideologia romântica e sua representação idealizada da natureza farta e fértil.

Para a discussão da crítica em *Triste fim* sobre a retórica fundacional a partir do contexto agrário, interessa a maneira como o desenho do personagem oscila entre o idealismo e a observação nítida de problemas contingentes e reais, o que nos impede de classificá-lo por inteiro como quixotesco ou louco, embora se entenda o idealismo como o privativo no seu pensamento.

Política rural

No final do ciclo agrário da narração, o elemento extrínseco da coerção da administração rural se mostra um obstáculo jurídico e econômico para a produção agrícola. A paixão patriota de Policarpo pelo trabalho no campo encontra um obstáculo determinante com as visitas de dois vizinhos: o

tenente Antônio Dutra e o doutor Campos. Essas duas figuras poderosas, partidários dos dois candidatos da versão rural da contenda eleitoral, em seus cargos burocráticos, ameaçam Policarpo sob pretextos de infringir uma lei municipal relativa à limpeza da via circundante à propriedade e ao pagamento de impostos, respectivamente, como consequência direta de não ter apoiado nenhuma das opções eleitorais.²⁹ A manobra política contra ele acaba por paralisar seu empreendimento e completar sua avaliação dos problemas do campo brasileiro que explicam a subexploração da terra cultivável.

Dutra e Campos incorporam, respectivamente, no ambiente da República recém-proclamada, a tendência do governo militar centralizador e a da oposição burguesa federalista. A falta de alinhamento de Policarpo na versão rural da política nacional virá afetar seus empreendimentos agrários, mostrando a politização da vida do campo. Na primeira visita, o tenente Dutra lhe pede colaboração para uma festa tradicional, mas também aproveita para perguntar o que pensa sobre a luta eleitoral dos dois candidatos locais, ao que Policarpo responde: “Eu... Nada!”.³⁰ A indiferença será recebida com desconfiança, e em pensamento Dutra diz:

Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse [Dutra] consigo, este malandro quer ficar bem com os dous, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Aquilo devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas daquele “estrangeiro”, que vinha não se sabe donde!³¹

No campo, não é compreensível a indiferença política de um proprietário. Não se posicionar numa das duas tendências

²⁹ BARRETO, op. cit., p. 103, 151.

³⁰ Idem, ibidem, p. 103.

³¹ Idem, ibidem, p. 103-104.

partidárias é entendido como conduta estranha e suspeita. A desconfiança se agrava por ele ser novo no lugar, o que faz de Policarpo aos olhos de Dutra um “estrangeiro”, ou seja, um outro, mesmo pertencendo à classe proprietária e apesar de o leitor já saber que Policarpo é um brasileiro brasileiríssimo.

A segunda visita, a do doutor Campos, é explicitamente política. Pergunta-lhe se quer participar na mesa eleitoral da sua vizinhança, a única que não apoiava o candidato opositor, ao que ele responde com firmeza: “Absolutamente não”.³² Ele reflete e se indaga ingenuamente por que tanto interesse pela disputa política, quando era mais importante o trabalho agrícola.

Nem Dutra nem Campos se mostram contrariados na hora e não reclamam diretamente da recusa de Policarpo. Entretanto, o patriotismo deste se põe à prova quando aqueles usam seus cargos burocráticos para o punirem formalmente como resposta à sua postura apolítica. A primeira punição é com base em uma lei municipal que exigia capinar os limites do sítio com as vias públicas, e a segunda, uma multa por não ter pagado os impostos da lavoura enviada à curta distância de quarenta quilômetros para o Rio. A politização do campo exclui duplamente Policarpo porque, ao não participar da lógica nós-vocês entre partidos, perde o direito à agricultura, à cidadania rural produtiva, embora ele seja sujeito portador dos valores dominantes da sociedade, como, precisamente, a ideia de pátria. Estar fora da cidadania é consequência de não estar dentro do bipartidarismo, situação que põe em xeque essa ideia.

Diante da manobra política que paralisa seu trabalho, o patriotismo de Policarpo se aprofunda ainda mais em suas reflexões:

A luz se lhe fez no pensamento... Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes,

³² Idem, *ibidem*, p. 151.

tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as.³³

A perversão da lei transforma a retórica ideal da República em voz estranha e suspeita, justificando sua consciente opressão e, em última instância, seu caráter excludente. Desse modo, o idealismo patriótico é deslocado do centro da retórica republicana para a margem da prática republicana na forma de um “outro” elemento republicano. Esse descolamento na significação política de Policarpo evidencia o choque entre sistema e idealismo e, mais especificamente, diferencia qualquer retórica ideal da prática real da política.

A politização da vida rural complementa negativamente o quadro agrícola na constatação da exclusão social do regime latifundiário por ocasião do diálogo entre a afilhada Olga e Felizardo, auxiliar de trabalho de Policarpo, quando este revela a ela que o camponês nacional não tem o mesmo acesso à terra e carece de apoio governamental para trabalhar por conta própria, em um contexto de políticas de imigração europeia e propriedades ociosas.³⁴ De modo pouco quixotesco, Policarpo avalia a situação nos seguintes termos:

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encontravam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d’olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas *terras abandonadas, improdutivas*, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o *desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa* e bebendo todo o dinheiro que lhe passava

³³ Idem, *ibidem*, p. 152.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 135-136.

pelas mãos – este quadro passou-lhe pelos olhos com a rapidez e o brilho sinistro do relâmpago.³⁵

Porém, muito idealista, complementa da seguinte forma:

Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folk-lore*, das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso lhe pareceu insignificante, pueril, infantil.

Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um *governo forte*, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz.³⁶

Policarpo divide-se, mais uma vez, entre lucidez e ingenuidade, e essa mistura fortalece mais ainda seu idealismo. A decadência produtiva e a corrupção jurídica limitam escandalosamente o potencial da terra nacional e empobrecem seriamente a comunidade rural. Impressiona a clareza, por parte do personagem, quando torna exteriormente política a formulação do problema, o que paradoxalmente acaba por concretizar o posicionamento na linha do “governo centralizador” que se baseia, num contexto republicano, em experiências de monarquias europeias. E impressiona particularmente a compreensão radical do problema da exclusão social e do trabalho do camponês, conhecedor principal da realidade, sem idealismos, da produção agrícola no país. A análise de Policarpo ultrapassa a ele mesmo quando visualiza distintivamente a relação entre governo e agricultor e entre política e agricultura, uma vez ciente da tensão entre retórica e prática.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 152 (grifos nossos).

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 154 (grifos nossos).

Nivelado com a realidade, Policarpo reconhece os limites das suas tentativas individuais. No entanto, como ele ainda é idealista, o teor da reforma adquire generalidade visando o setor agroprodutivo de um país latifundiário. Contudo, ainda que Policarpo comece a enxergar o lado menos romântico do trabalho agrícola e passe a produzir modesta e insuficientemente a terra, é um fator externo que o exclui: a pressão política local.

A manobra política no campo renova, porém, o idealismo patriótico de Policarpo, que levará pessoal e voluntariamente um projeto formal de reforma geral, em forma escrita e, portanto, veraz, ao centro da instituição republicana na figura histórica do marechal Floriano Peixoto, para sua verificação. O revés sofrido pela falta de posição política de Policarpo evidencia que a exclusão (as intimações recebidas) é a conduta própria da elite bipartidária (Dutra e Campos), quando confrontada por condutas diferentes (idealismo patriota), assim contradizendo os direitos cidadãos do sistema republicano reivindicados pela mesma elite.

Além das observações agudas de Policarpo, essas contingências que paralisam seus empreendimentos agropecuários, apesar de conseguir alguns resultados modestos, revelam a tensão intrínseca do romantismo agrário com a tradição e a ciência, enquanto a tensão extrínseca dele com interesses políticos e latifundiários mostra, no fracasso do ideário romântico do personagem, o conflito entre a retórica fundacional do romantismo agrário e a prática da sociedade rural carioca.

Neoclassicismo econômico e agrário em *En este país...!*

Gonzalo bellista: o liberalismo agrário

No caso de *Este país*, o romance venezuelano relaciona o idealismo de Gonzalo Ruiseñol com a retórica fundacional do Neoclassicismo hispano-americano por meio da pedagogia liberal do trabalho agrícola. A relação entre estilo literário e interpretação da nação, como nos romantismos posteriores, se baseia na imagem de uma natureza fértil e farta e na revalorização do indígena. À diferença do romantismo, o neoclassicismo carece da subjetividade do indivíduo que, por exemplo, se encenou criticamente na tenacidade espiritual com que Policarpo empreendia suas iniciativas patrióticas além das contingências da realidade adversa. Tido Andrés Bello como arcade maior pela história literária hispano-americana, a sua poesia descritiva, inspirada na égloga virgiliana e nos metros castelhanos clássicos,³⁷ representa a natureza americana em si mesma, substantivando-a e objetivando-a em construções em terceira pessoa, que precederam as mediações emotivas do eu.

As silvas americanistas *Alocución a la poesía* (1823) e *La agricultura de la zona tórrida* (1826) de Bello imprimem na cuidadosa medida expressiva o ideal apaixonado da pátria, inspirado na ilustração setecentista de pensadores como Rousseau, ideal este continuado depois pelo romantismo propriamente. Por inteiro entretecida temporalmente com o processo de Independência hispano-americano (1810-1824), a literatura fundacional transmite a missão civilizadora antiga e

³⁷ GRASES, Pedro. Prólogo. In: BELLO, Andrés. *Obra literaria: Andrés Bello*. Caracas: Ayacucho, 1979, p. XIII.

hispânica cujas ordem e lei ensinarão a fundar as jovens repúblicas. O produto literário neoclássico vincula organização social e pedagogia nacional de forma que a fundação literária enfatiza o valor do trabalho livre principalmente, como ensina *La agricultura*, na vida feliz, simples e pacífica do campo em oposição à cidade para assim engrandecer, lembrando a citação de Candido,³⁸ a imagem da terra inseparavelmente da ideia de pátria.

Tais coordenadas coincidem com o idealismo de Gonzalo Ruiseñol em *Este país*, pelo que concluo que uma relação intertextual tácita irá sintonizar o naturalismo venezuelano do *criollismo*³⁹ dos séculos XIX e XX com a incipiente ideologia liberal da retórica fundacional do primeiro quarto do século XIX. Direi de passagem que, documentalmente, pelo menos duas vezes aparece o termo “tórrido” (quente, ardente) no texto, respectivamente nos capítulos VII e XVIII, o que num romance *criollista* refere sem dúvidas ao próprio termo contido no título *La agricultura de la zona tórrida* e dialoga, por tanto, com as significações historiográfico-literárias que moldaram o discurso da terra e da venezuelanidade do grupo letrado durante cem anos, até a publicação do romance estudado de Urbaneja Achelpohl.

Observo dois jogos de tensão na ficção da agropecuária venezuelana que circundam o idealismo de Gonzalo e que perfilam a crítica da obra e do narrador. Eles são: a tensão mais geral, entre retórica fundacional e prática societal; e a tensão, manifesta na ótica crítica do narrador, entre o liberalismo e o cientificismo, no fracasso da agropecuária reformista do personagem. Como Policarpo, Gonzalo pertence à classe proprietária, o que o faz cidadão pleno. Filho de fazendeiro dos

³⁸ CANDIDO, op. cit., p. 140-141.

³⁹ Nesse contexto, refere-se ao movimento literário hispano-americano que (re)valoriza a vida local e nacional.

arredores rurais dos Valles del Tuy, região que abriga a capital Caracas, ele herda um conjunto de fazendas, sendo a mais importante La Floresta, responsável pela riqueza da família que lhe possibilitou se formar em engenharia agrônoma nos Estados Unidos. De volta, Gonzalo discute apaixonadamente com compatriotas sobre os problemas do país e se propõe a colocar em prática, em sua propriedade, as técnicas e conhecimentos aprendidos no estrangeiro, além de pregar, em sua vizinhança rural, os avanços da ciência agrônoma, num contexto marcado pela produção tradicional.

O empreendimento de Gonzalo é caracterizado pela iniciativa e financiamento individuais, em consonância com a ideologia liberal do trabalho livre, valha a redundância, marcado pelo regime de propriedade privada e o trabalho assalariado. Porém, há um plano coletivo em seu discurso. No capítulo IV,⁴⁰ defendendo-se dos incrédulos da ciência agrária, diz:⁴¹ “Quero espalhar aos quatro ventos as quatro ideias que adquiri, em benefício de todos. Porque sonho transformar a riqueza desse vale através das mãos de todos os que sabem dessas coisas novas”.⁴² Com efeito, ele faz fortes investimentos em máquinas importadas da América do Norte de maneira a materializar seu ideal.⁴³ “A transformação de solidões estéreis em campos de cultura, segundo os últimos métodos e procedimentos”.⁴⁴ Certamente, Gonzalo começa a ver resultados incipientes positivos que impressionam a vizinhança.

⁴⁰ Todas as traduções de *En este país...!* são nossas.

⁴¹ URBANEJA ACHELPOHL, Luis Manuel. *En este país...!* Caracas: Monte Ávila, 1997, p. 80.

⁴² “[Q]uiero esparcir a los cuatro vientos, las cuatro ideas que adquirí, en provecho de todos. Porque sueño transformar la riqueza de este valle bajo la mano de todos los que saben de estas cosas nuevas.”

⁴³ Idem, ibidem, p. 227.

⁴⁴ “[L]a transformación de soledades estériles en campos de cultivo, según los últimos métodos y procedimientos.”

A atitude pedagógica do personagem visa à aquisição do conhecimento tecnológico-científico útil em todo lugar rural, tornando-o acessível a todos os agricultores do vale que queiram adquiri-lo. É como se o fato de decidir acreditar fosse uma força emotiva de transformação além da tradição e da ordem existente das coisas, entre outras, o latifundiário e a exclusão social. A novidade do método produtivo seria um bem imaterial coletivo que beneficiaria tanto o proprietário quanto o empregado, dado que ela transforma a natureza em riqueza. A fertilidade e fartura da terra, agora explorada no rigor da ciência, passaram a marcar um alto rendimento econômico, que desenvolve e moderniza a indústria agrária e contribui com o bem-estar da comunidade rural, constituindo, finalmente, a meta ou sonho do progresso da nação.

Não obstante, é muito alto o custo da infraestrutura e o investimento em maquinaria importada do Norte. Gonzalo tem de hipotecar as terras cultiváveis das suas propriedades produtivas, chegando à bancarrota antes do lucro, drama que o faz trocar paulatinamente o otimismo eufórico por um complexo de inferioridade e sentimento pessimista. Ele também conhecerá a coerção política, mas são fatores internos os que interrompem suas iniciativas agrárias: a disposição psicológica e a má administração de sua fazenda.

O ideal econômico liberal

Antes disso, para explicar os jogos de tensão mencionados, é preciso descrever algumas ações narrativas que deem conta do idealismo de Gonzalo. Nos capítulos VII e VIII, ele tem oportunidade de desenvolver seu diagnóstico sobre a agricultura nacional e suas ideias sobre a economia do país. A ocasião se dá num almoço campestre e é lançada por um importante fazendeiro local, Modesto Macapo. Entre os convidados do evento social figura um jornalista, Guaro, que

cobre, entre outras, as notícias da sociedade. Este e Gonzalo protagonizam uma conversa polêmica e ilustrativa sobre a situação do país no início do século XX, da qual interessa salientar as questões agrícola, econômica e política. Animados pelo vinho, no começo da conversa Guaro e Gonzalo concordam sobre a importância de a imprensa falar dos assuntos nacionais, sobre o fato de que a guerra afeta a estabilidade da agricultura no que concerne ao acesso à água, e que a prática da queimada na floresta na região do Ávila,⁴⁵ prática que sustenta o negócio do carvão vegetal, cria um desequilíbrio ecológico da terra desmatada, desnutrida e abandonada.⁴⁶

Gonzalo propõe desapropriar as terras do Ávila, indenizar devidamente os proprietários e declará-lo de utilidade pública, o que é elogiado pelo velho Macapo e por Guaro, que, contudo, faz a ressalva de que publicar a ideia poderia afetar o interesse de “uma ordem de coisas concreta”,⁴⁷ isto é, os interesses econômicos dos implicados. Também propõe que, para estimular a indústria, os bancos e capitais nacionais ofereçam ações de baixo preço e taxas que possam ser compradas por pessoas de alta e de baixa renda, de forma a competir com os estrangeiros e criar a confiança nos créditos nacionais, numa espécie de identidade econômica e agremiação do produtor.

O primeiro impasse, no capítulo VII, surge quando Guaro responde que o dinheiro de estímulo deveria ser proveniente da unificação da dívida pública, a ser vendida aos Estados Unidos, eliminando assim a diversidade de credores e a possibilidade, pela própria situação de subordinação, de uma intervenção

⁴⁵ Ávila: montanha situada na zona costeira centro-norte da Venezuela. Ela desce, ao norte, para a beira do Mar do Caribe e, ao sul, aos vales onde fica Caracas.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 121-122.

⁴⁷ “[U]n orden de cosas concreto”. Idem, *ibidem*, p. 122-123.

norte-americana.⁴⁸ Para Gonzalo é antipatriótica a ideia da venda da dívida a um único credor, no caso, uma jovem potência imperial, como fundamento financeiro da nação. A origem nacional ou estrangeira do financiamento vultoso da indústria nacional é o centro da polêmica. Nesse ponto da conversa, Gonzalo pronuncia um veemente discurso nacionalista que atualiza vários elementos da retórica fundacional: tratando a Pátria em maiúscula, conclui que a dependência financeira é também fiscal, judiciária e legislativa, prestando-se à corrupção por ingerência estrangeira; compara tal sujeição à colonização espanhola; adverte que as potências não têm intervindo no país por causa, precisamente, da diversidade de credores internacionais e porque elas “temem” umas às outras; e afirma que se o país aspira a ser civilizado e próspero deve, paradoxalmente, ser “fatal e necessariamente egoísta” como aquelas potências.⁴⁹

O segundo e último impasse da conversa, no capítulo VIII, gira ao redor do papel do governo no campo. Para Gonzalo a agricultura deve depender da “coesão dos interesses públicos”, entendendo-se por ela a soma de grandes e pequenos produtores, toda vez que se prescindia da intervenção direta do Estado. Guaro lhe responde às gargalhadas que tal modelo é idealista e teórico, identificando uma cultura política sem ética e sua corrupção, a usura financeira e o governo centralizador e endividado.⁵⁰

Resumindo os capítulos VII e VIII, sabemos que o liberalismo agrário de Gonzalo é constituído pela unidade da propriedade produtiva, a coletividade de agricultores pensada na iniciativa individual, a capitalização e confiança no sistema financeiro nacional, a diversidade de credores internacionais, a

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 123.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 124-126.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 128-129.

noção de governo pequeno e a afirmação histórica de soberania. Além disso, ele despreza o lucro desonesto do capital financeiro, nacional ou estrangeiro, e critica os defeitos da cultura rural e o poder político a serem transformados.

O ideal liberal e a primazia do trabalho agrícola como base econômica da nação colocam Gonzalo no fio do discurso inaugurado fazia cem anos nos versos de *La agricultura de la zona tórrida*, de Andrés Bello. No poema, as ideias de liberdade e agricultura estão sempre ligadas à independência política.⁵¹

Que, solto o pescoço do jugo estrangeiro,
Ergue-se ao céu o homem americano,
bendita de ti arraigue e medre
a liberdade. [...]

e um pouco antes:⁵²

A maçã e a pera
na fresca montanha
o céu esqueçam de sua mãe Espanha (tradução nossa).⁵³

O termo “liberdade” é cuidadosamente empregado em momentos-chave do poema para evocar o fim do domínio espanhol sem perder a filiação hispânica. A liberdade do homem americano, independente da sujeição (“jugo”) e agora erguida, pode enxergar o céu e tomar consciência dessa condição de liberdade. Da mesma forma, as doces frutas europeias admiram um novo céu, não mais espanhol, mas americano, cuja ampla extensão celestial permite ver essas frutas no jovem e amplo território libertado (“fresca

⁵¹ BELLO, op. cit., p. 47.

⁵² Idem, ibidem, p. 45.

⁵³ [Q]ue, suelto el cuello de extranjero yugo, (v. 290) / irguiese al cielo el hombre americano, / bendecida de ti arraigue y medre / la libertad [...]. // [L]a manzana y la pera (v. 215) / en la fresca montaña el cielo olviden de su madre España.

montanha"). O valor de liberdade se divide na relação entre independência política, liberdade individual e valorização da terra cultivável, como se as duas primeiras fossem o direito e a terceira o dever da mesma coisa. A retórica fundacional do projeto de nação se apresenta para todos os cidadãos sob a categoria genérica de "agricultor", prestes a garantir a felicidade da pátria por meio do seu trabalho.

No entanto, a retórica não se aprofunda nas assimetrias da estrutura social da colônia que a nova sociedade herdava de fato, como o acesso da camada popular à propriedade e ao trabalho livre, isto é, por conta própria, e não submetido a um salário paupérrimo em condições miseráveis. Sei que não se pode pedir ao passado um modo crítico de ver que só se formulou posteriormente. Pedir a Bello uma poesia dos excluídos seria tirá-lo de seu compromisso necessário com a emergente classe governante americana, mas o poeta da pedagogia agrícola soube ver, sim, no seu tempo, a crítica de Bartolomé de Las Casas⁵⁴ ao maltrato ao indígena, o pensamento liberal ilustrado que condenou o trabalho escravo e as notícias da Revolução Haitiana dos escravizados negros. Sua retórica tinha, certamente, como necessidade histórica a missão civilizadora das nações hispano-americanas libertadas por meio de guerras sangrentas, o que estreita a relação da fundação literária com o próprio processo de ruptura e independência. O liberalismo agrário é uma afirmação política.

Alinhado à ideologia do liberalismo da retórica fundacional, o cientificismo de Gonzalo encontra a incredulidade do meio rural, marcado pela instabilidade da guerra ou revolução. As ideias de Gonzalo, irmanadas com o neoclassicismo agrário, entram assim em tensão com as práticas

⁵⁴ Em 1552, na obra *Brevísima relación de la destrucción de las Índias*, o frei dominicano criticou veementemente os abusos contra os indígenas cometidos durante a colonização espanhola.

da sociedade rural da região dos vales do Túy. Pouco convencem sua empolgação e seus ensinamentos. A indiferença simples ou o medo do novo determinam a visão dos produtores circundantes, grandes e pequenos, dedicados a monoculturas de baixo risco e grande demanda no mercado internacional como o café, o cacau e o couro.⁵⁵ Tudo isso se complementa com as práticas comuns do lucro desonesto do capital financeiro (praticado pelo fazendeiro Modesto Macapo), a falta de investimento local na indústria agropecuária (exemplificado pelo casal *pichirre* ou “pão-duro” dom Toríbio e Epifania), em um contexto de corrupção generalizada e desinteresse governamental (ocupado com a guerra) e do predomínio de créditos estrangeiros com taxas altas.

O grande potencial da ciência pregada e praticada incipientemente por Gonzalo poderia representar a transformação da decadência rural e agrária. Nesse sentido, o personagem romanceado representa uma nova forma de progresso que se opõe às práticas improdutivas da tradição rural, oposição recorrente nos temas oitocentistas. No entanto, se mostra como um idealismo falho na terra tórrida, atendendo às explicações do narrador, por causa do complexo de inferioridade e da dependência em tecnologia estrangeira no desenho dramático do personagem, o que o coloca contra si mesmo, numa espécie de doença da autoexclusão econômica.

A doença e a dependência de classe

A oposição ao idealismo científico de Gonzalo se formula, no entanto, não se concretiza na tensão com a agricultura tradicional ou por coerção política ou financeira, mas no parâmetro de sua individualidade. A inter-relação entre a retórica fundacional da agricultura americana e a posse formal

⁵⁵ CARDOZO, op. cit., p. 13.

de conhecimento científico novo configura a convicção idealista do personagem. A confiança em seu ideal o leva a assumir o grande risco financeiro de hipotecar o conjunto de propriedades rurais que havia herdado do pai. Porém, no final do capítulo IX, a procura de mais crédito, conta o narrador, desenraiza o entusiasmo do personagem, que começa a se achar incapaz:⁵⁶

Aberta essa brecha em suas reflexões, [Gonzalo] se lançava nela orientado pelo pessimismo. Entregava-se com sumo prazer a analisar seus atos. Daquela análise torturadora surgia seu eu, como um convalescente esbarrando-se, caindo a cada passo, implorando o último golpe, como rés que agoniza com as entranhas para fora. Tudo isso lhe produzia infinito prazer, porque às vezes se chega ao *maximum* do gozo, apertando a beira da ferida. A injúria, a mofa de si mesmo, tinham o efeito de bálsamo maravilhoso, como se por trás da disciplina cotidiana do asceta se sucedesse o arroubamento, o êxtase divino.⁵⁷

A preocupação financeira, como ameaça às iniciativas, afeta profundamente a dimensão psicológica do personagem a ponto de tornar-se patológica, o que se confirma no “prazer” que ele tira da “ferida” do sentimento negativo do “pessimismo” e no paralelismo visual e gráfico com o animal agonizante de morte. A estratégia naturalista da descrição avalia o personagem como doente no seu meio, isto é, nas vicissitudes comuns à agricultura, que viram problema

⁵⁶ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 151.

⁵⁷ “Abierta esa brecha a sus cavilaciones, [Gonzalo] se lanzaba por ella guiado por el pesimismo. Se entregaba con sumo placer a analizar sus actos. De aquel análisis torturador surgía su yo, como un convaleciente dando traspiés, cayendo a cada paso, implorando el último golpe, como res que agoniza con las entrañas afuera. Todo lo cual le producía infinito placer, porque a veces se llega al máximo del goce estrujando los bordes de la herida. La injuria, la befa de sí mismo, le hacían el efecto de bálsamo maravilloso, como diz que tras la cotidiana disciplina del asceta se sucede el arrobamiento, el éxtasis divino.”

desproporcional nas suas mãos, independentemente de ele ter de fato perdido as propriedades e os bens. A vontade do narrador em tal desenho do personagem diferencia nitidamente o ideal (nutrido na retórica fundacional) do sujeito específico (o proprietário, da elite rural *criolla*) que tenta sua concretização, e nisso reside a função de Gonzalo na trama do romance.

O crédito acaba antes de o retorno da lavoura chegar, e a execução do plano agrocientífico é suspensa. A consciência da situação de bancarrota atinge diretamente o ego e a psicologia do personagem, como se vê no capítulo XV, em que o narrador detalha a fraqueza mental de Gonzalo como indivíduo. O medo toma conta dele a ponto de afetar sua relação com o ambiente externo, nesse caso a fazenda e o trabalho da terra. Uma espécie de doença de classe, o medo cresce e o paralisa como o frio à matéria. Aqui o romance associa, por contiguidade narrativa, o clima mental à má capacidade administrativa, enfatizando a medida individual do personagem:⁵⁸

Ele trabalhava, lutava, isolado e só, pelo seu *ideal*: a transformação de solidões estéreis em campos de cultivo, segundo os últimos métodos e procedimentos. Como todo homem forte, como toda vontade enérgica, encontrava em si mesmo recursos com os quais se impor e contrariar os desafios do momento. Ele era um batalhador de raça. Mas *por cima do seu ideal*, de sua energia e seu saber, desconcertante como um círculo de ferro, o *medo*, sem ele perceber, tirava-lhe a segurança, criava-lhe obstáculos, envolvia-o como a todos os seres que se agitam no seu peito. [...] Mas sua obra tinha um lado vulnerável; era *onerosa e precisava do dobro e triplo* do capital que consumia. Seus recursos escasseavam e pediu auxílio no comércio; hipotecou seus sítios com a esperança de chegar [ao sucesso] o quanto antes, mas ainda lhe era urgente dinheiro e mais dinheiro, e este se escondia, se fazia caro e as terras engoliam dinheiro, como se fosse água [...]. Então, se deu conta da situação e do seu

⁵⁸ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 227-228.

*isolamento. A fé em si mesmo tinha-lhe sustentado como o envolvido em um marasmo. O que acontece sempre com os mais fortes no meio do perigo.*⁵⁹

A energia de trabalho de Gonzalo, que em capítulos anteriores viu alguma materialização de ideias, fica imobilizada. À luz dos seus gastos, o progresso aparente revela que as técnicas inovadoras são insustentáveis, no dizer de Andrés Bello, na zona tórrida. De fato, nunca se chegaria ao progresso desejado, dada a predisposição mental que na narração estabelece uma analogia entre psicologia e economia. Essa associação relaciona fraqueza mental (medo) e falência econômica. A associação questiona não apenas a feição científica do ideal do indivíduo, mas a capacidade do sujeito de executá-lo e levá-lo a termo. Gonzalo subordina esse ideal à novidade promissora do método científico e, na sua procura, se endivida além de sua capacidade, e ainda por cima antes da primeira colheita propriamente. Evidencia-se aí uma administração orçamentária ineficiente, o que será o anverso econômico negativo do ideal científico.

Dessa forma, o fracasso de Gonzalo significa, na ótica do narrador, uma dura crítica ao liberalismo hispano-americano, ou

⁵⁹ [É]l trabajaba, luchaba, aislado y solo, por su **ideal**: la transformación de soledades estériles en campos de cultivo, según los últimos métodos y procedimientos. Como todo hombre fuerte, como toda voluntad enérgica, encontraba en sí mismo recursos con qué imponerse y contrarrestar las contrariedades del momento. Era un batallador de raza. Pero **por encima de su voluntad**, de su energía y su saber, abrumador como un círculo de hierro, el **miedo**, sin darse él cuenta, le restaba elementos, le obstaculizaba, le envolvía como a todos los seres que se agitan en su seno. [...] Pero su obra tenía un lado vulnerable; era **costosa y necesitaba un capital doble y triple** del que consumía. Sus recursos escaseaban y acudió al comercio; retrovendió sus fincas con la esperanza de llegar [al éxito] cuanto antes y aún le urgía dinero y más dinero, y éste se escondía y se hacía caro y las tierras tragaban plata, como si fuese agua. [...] Entonces se dio cuenta de la situación y de su **aislamiento**. La fe en sí mismo le había sostenido como envuelto en un marasmo. Lo que acontece siempre a los fuertes en medio del peligro (grifos nossos).

melhor, ao liberalismo da classe *criolla*, dado que inverte o sentido ideal da livre concorrência do mais forte. O sujeito em melhores condições para competir se isola no seu ideal a ponto de se desorientar da realidade, inclusive de sua comunidade rural, e acaba se autoexcluindo da concorrência antes de entrar nela. A crítica no romance é complexa porque opõe progresso e tradição, por um lado e, por outro, ciência e progresso, o que pareceria sugerir uma solução intermédia entre tradição e ciência. A solução do problema agrário assim situada critica tanto a tradição que se nega ao novo quanto a ciência que desconhece a particularidade física e social da terra local tórrida.

Esgotado o dinheiro da hipoteca, ciente da ruína e percebendo um futuro incerto, Gonzalo encontra nas ruas de Caracas um amigo da época do colégio, Urdiles, que lhe propõe lutar na revolução contra o governo para, caso ganhassem, obter mais crédito e uma prorrogação da dívida. Embora indiferente às causas políticas, ele aceita pela perspectiva econômica da revolução burguesa, liderada por um banqueiro e que simpatiza com o sistema financeiro internacional. Como Policarpo, Gonzalo é em princípio indiferente às contendas políticas. Ao contrário dele, o que o leva ao posicionamento não é uma pressão externa, mas interna, na forma de uma moral fraca, verdadeiro complexo de inferioridade, acompanhada do erro orçamentário e da dependência de tecnologia e conhecimentos estrangeiros, como aponta o crítico venezuelano Lubio Cardozo.⁶⁰ Tais elementos marcam o caráter individual da falência de Gonzalo. Imerso numa fraqueza mental-financeira diante da dificuldade de desenvolver técnicas agrícolas localmente inéditas, ele se encontra falido e, embora parecesse se aproximar ao sucesso, não consegue colher nem colocar os produtos da colheita no mercado.

⁶⁰ CARDOZO, op. cit., p. 101.

Num ambiente tradicional de incredulidade ao diferente e novo, a dimensão psicológica da insegurança torna Gonzalo um organismo produtivo fraco que será excluído por seleção natural da concorrência dos mais fortes (como se sugere no final da citação acima). Por isso, a fraqueza econômica de Gonzalo é consoante com a corrente evolucionista do liberalismo econômico, que identifica os mais fortes no campo venezuelano com os produtores tradicionais latifundiários. Esse esquema poderia indicar uma incoerência ideológica na narração entre gesto naturalista e crítica rural, dado que o escritor naturalista da virada do século XIX ao XX via nos métodos tradicionais o atraso. Porém, a narração faz uma observação sofisticada, quando, numa espécie de biologização da economia política agrária, a força bruta se opõe ao potencial reformador mais fraco. O padrão liberal e individualista está tão fortemente internalizado na ideologia da classe proprietária que a disposição psicológica e a dependência científica criam uma espécie de adversário interno que acaba por autoexcluir do campo as inovações agrárias de Gonzalo.

Dito de outro modo, as posturas tradicionais representadas por agroprodutores conservadores não agem como força de exclusão exterior, mas elas estão já internalizadas na psicologia do personagem, que representa um “outro” agrário. Penso que isso é uma estratégia paradoxal consciente na obra. Tal exclusão se encaixa numa dimensão política maior, dado que o controle da economia, incluída a agrária, está no centro da luta do idealismo nacionalista na República liberal.

Somado a este último aspecto está a dependência do conhecimento e da tecnologia norte-americana como parte do quadro de bancarrota. A aquisição de conhecimento recebido e verificado em outras terras e sua aplicação por meio da importação de maquinaria encontram o impacto maior na dívida. Fazer na terra local o que se faz em terra estrangeira e querer estes resultados na terra local deixa de lado a coerência

entre a particularidade da terra e o resultado científico. Fazer aqui como se faz lá tampouco leva à especificidade socioeconômica em que os processos de produção se dão. No capítulo XVIII, o narrador comenta:⁶¹

Sem dúvida que Gonzalo depositou naquele solo elementos geradores em proporções justas; mas sua impaciência demasiada, seu submeter-se obstinado ao plano científico, sem levar em conta os elementos livres da natureza, haviam-no detido e atrapalhado na consecução de sua obra. *Tinha refletido muito sobre os livros, aplicado seu saber, mas sem levar em conta o meio. E o meio o havia vencido, porque na [zona] tórrida, homens, animais, plantas, métodos, ideias se modificam, não desaparecem. Cada zona faz seu homem e suas doenças, como cada savana dá sua vegetação e cada comarca a espécie do quadrúpede que lhe atrapalha. Seres e coisas se fazem na medida da natureza que os circunscreve ou os elimina. De acordo com isso, o homem vive, pensa e cumpre seu destino. E Gonzalo, o inovador, esqueceu, no seu louco afã, essa lei inapelável, e se tornou um estorvo da natureza, que sempre busca seu equilíbrio e se dirige ao seu fim, se impôs ao se ver, triunfando em um esplendor de seiva, de juventude e vida.*⁶²

⁶¹ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 298.

⁶² “Sin duda que Gonzalo depositara en aquellos suelos elementos generadores en justas proporciones; pero su demasiada impaciencia, su obstinado someterse al plan científico, sin tener en cuenta los elementos libres de la naturaleza, le habían detenido y estorbado en la consecución de su obra. **Había cavilado mucho sobre los libros, aplicado su saber, pero sin tener en cuenta el medio. Y el medio le había vencido, porque en la tórrida, hombres, animales, plantas, métodos, ideas, se modifican, no desaparecen. Cada zona hace a su hombre y sus enfermedades, como cada sabana da su pelo y cada comarca el caso del cuadrúpedo que la ha de trajinar. Seres y cosas se hacen a la naturaleza que los circunscribe o los elimina. Conforme a ello, el hombre vive, piensa y cumple su destino. Y Gonzalo, el innovador, olvidó en su loco afán, esta ley inapelable, y llegó a convertirse en estorbo de la naturaleza, que siempre busca su equilibrio y va a su fin, se impuso al verse, triunfando en un esplendor de savia, de juventud y vida**” (grifos nossos).

O narrador reconhece o caráter instrumental do saber de Gonzalo, e a universalidade das descobertas da revolução científico-tecnológica no último quarto do século XIX não é o alvo direto da crítica. Inovar, para fazer aqui como lá se faz, implica também um conhecimento específico da terra local, o que cria uma disparidade entre conhecimento estrangeiro, ainda que científico, e conhecimento local da terra, mesmo que tradicional. Há, pois, uma diferença entre conhecimento empírico e experiência empírica: a primeira, que ofusca Gonzalo, baseada no modelo referencial que orienta a experiência; e a segunda, que impulsiona o narrador, que produz o modelo a partir da experiência mesma. A contradição não está no método em si, mas na aplicação; o livro de ciências poderia ser aproveitado na terra local (“tórrida”) desde que se levasse em conta sua particularidade. Entende-se da citação que o plano científico, observado por Gonzalo, foi orientado por um olhar que, a despeito do potencial do personagem, não supera a lógica de cópia do alheio, quer dizer, é um ideologismo científico que não se adaptou ao plano “desta” terra. A dependência do saber técnico-científico e da maquinaria correspondente aliena com seus procedimentos a “zona tórrida” da retórica fundacional, cujo signo une agricultura a soberania, com o qual a terra fica simbólica e fisicamente desnacionalizada.

A configuração do fracasso paradoxal do patriotismo agrário de Gonzalo comporta um potencial anulado na origem e contempla múltiplas faces: a fraqueza psicológica que o diminui moralmente, o excesso financeiro que o tira da livre concorrência e a desterritorialização científica e neocolonial que o aliena da terra nacional. Os instrumentos conceptuais do sujeito patriota obtêm um resultado inverso ao da proposta reformista e seu plano de ação a seguir. Nessa ordem de ideias, o narrador julga a incapacidade de Gonzalo como produto do grupo social ao qual pertence. Apesar de si, de seu patriotismo

e da promessa do seu saber científico, ele não consegue, no final do romance (depois de muitas outras tribulações), se diferenciar do olhar da classe dominante *criolla*, que se encontra em decadência, apesar de educada e proprietária.

É por isso que, ao longo do texto, o narrador vai contrastando direta e indiretamente Gonzalo Ruiseñol com Paulo Guarimba, no início um peão etnicamente misturado e o protagonista positivo, que no final do romance ascende socialmente por meio da guerra e, assim, consegue se casar com Josefina Macapo, a menina branca de sociedade, ou *criolla*.⁶³ No casamento – que misturou as classes rica urbana e pobre rural –, enquanto Gonzalo olha receoso para Paulo, que presenteia com dinheiro os seus convidados das camadas populares (sua própria origem), o narrador conta, na penúltima página do romance no capítulo XX:⁶⁴

Gonzalo Ruiseñol, na porta do salão, contemplava tudo o que acontecia. Aqueles improvisos de Paulo eram bárbaros e primitivos, mas revelavam uma alma generosa e boa. *Aquele homem sem educação, sem ideias fundamentais, valia mais do que aqueles encasacados da nata e toda a presunçosa pardocracia ali reunida. Toda aquela gente era insidiosa, covarde e vil.* Melhor, era melhor mil vezes para Josefina ir para aqueles braços bárbaros, do que aos dos seus iguais ou de algum pardinho petulante e vaidoso. Era toda uma geração *anã, incapaz de ideias sólidas, nem do valor nem da perseverança de Paulo Guarimba.* Este era um homem simples e rude, mas um homem. Naquela alma, tinha certeza, não havia espaço para as mil pequenezas da turba da casaca e luvas brancas. Sim, aqueles seres eram ridículos mesmo! As casacas, nos seus corpos desajeitados e fracos, pareciam desairosas! Bem fazia Josefina ao unir-se a Paulo; a sutil, graciosa e espiritual *Josefina ganhava ao enxertar, ao unir a sua velha seiva*

⁶³ Ver nota 6.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 326.

*gasta e podre com o vigor e a saúde que representava aquele homem heroico, bondoso e bárbaro.*⁶⁵

O termo “pardo”, tanto na Venezuela quanto no Brasil, se refere à mistura étnica ou racial entre branco e negro, incluídos os matizes, embora possa haver diferenças discursivas e retóricas em cada país. Os leitores venezuelano e brasileiro entenderão a palavra, mas cada um pode lhe dar conotações distintas. No caso desse romance, contudo, o termo “pardocracia” vai se opor “socialmente” à origem marginalizada de Paulo. Como sujeito marginalizado, Paulo representa a camada pobre, servil e excluída da sociedade, embora possa ter a mesma cor desse “pardo” – questão étnica que não aprofundarei neste trabalho. Ao unir Paulo à decadente classe *criolla*, e Josefina ao potencial popular representado por Paulo no fim da história, o narrador põe um ponto final no conflito social, relacionado-o diretamente com o problema agrário.

Assim, em *Este país*, por efeito do posicionamento social do próprio narrador (que constitui também uma interpretação da nação), se desconstrói a contradição do idealismo agrário de Gonzalo, uma vez que essa desconstrução discursiva do

⁶⁵ “Gonzalo Ruiseñol, a la puerta del salón, contemplaba cuanto pasaba. Aquellos arranques de Paulo eran bárbaros y primitivos, pero revelaban un alma generosa y buena. Aquel hombre sin educación, sin ideas fundamentales, valía más que aquellos encasacados de la crema y toda la presuntuosa pardocracia allí reunida. Toda aquella gente era insidiosa, cobarde y vil. Mejor, mejor mil veces era para Josefina ir a aquellos brazos bárbaros, que no a los de sus iguales o de algún pardito petulante y vanidoso. Era toda una generación enana, incapaz de ideas sólidas, ni del valor ni de la perseverancia de Paulo Guarimba. Este era un hombre simple y basto, pero un hombre. En aquella alma, estaba seguro, no había cabida para las mil pequeñeces de la turba de casaca y guantes blancos. ¡Si aquellos seres eran hasta ridículos; las casacas, en sus cuerpos desgarrados y enclenques, lucían desairadamente! Bien hacía Josefina en asirse a Paulo; la sutil, la graciosa y espiritual Josefina ganaba al injertar, al unir su vieja savia gastada, podrida, con el vigor y la salud que representaba aquel hombre, heroico, bondadoso y bárbaro” (grifos nossos).

personagem significa também uma crítica social, por oposição às práticas decadentes da sociedade rural venezuelana e por contraste à retórica fundacional do liberalismo agrícola instaurada por Bello.

A exclusão, em parte política, em parte econômica, seja exterior ou interior, impulsiona Policarpo e Gonzalo à ação bélica produzida pelos conflitos de interesse dos dois partidos ou tendências políticas, que são, grosso modo, o centralismo militar e o federalismo burguês. Ambas as tendências são liberais e igualmente excludentes, como afirma Alfredo Bosi⁶⁶ a propósito da cultura brasileira do século XIX e que, a meu ver, corresponde à cultura venezuelana coetânea, cada uma com sua particularidade.

⁶⁶ BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *Histórica do Brasil nação: a construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2, p. 225.

Sujeito ex-colonial, Constituição e exclusão social

O idealismo nacionalista dos personagens estudados (o brasileiro Policarpo Quaresma e o venezuelano Gonzalo Ruiseñol) se inspira nas interpretações da nação oficiais e convencionalmente aceitas. Seus fracassos, intelectual e agrário, são indicativos não só da exclusão política e da autoexclusão econômica das respectivas ficções, mas, por contraste, da exclusão histórica extraliterária dos sujeitos marginalizados social e etnicamente. A interligação entre as exclusões narrativas e históricas abre as ficções à revisão crítica da afirmação de independência na literatura de fundação da nação. O drama e a enunciação servem assim de tensão simbólica do que chamarei de adiamento da emancipação social e contrastam textualmente com as escritas de Bello e Alencar, na medida em que estas afirmam a nacionalidade apelando diretamente à terra e aos sujeitos marginalizados, cuja situação extradiscursiva, porém, está marcada mais pela herança colonial que pela libertação discursiva da afirmação de independência.

A tensão com a retórica fundacional nos romances coloca a herança colonial num diálogo simbólico-literário com a instância política que articulou o momento de independência: o constitucionalismo. Este determinou as práticas sociais na nova situação ex-colonial em múltiplas maneiras, entre elas, a discursiva. Nele, as facções distintas da nova classe governante discutiram, com ardor oitocentista, a forma política e a ordem social no quadro da nova liberdade conquistada com a independência da Europa ibérica, enquanto o pensamento ilustrado e a ideologia do liberalismo provenientes da Europa não ibérica adquiriram cunho americano. Nessa separação e apropriação reside um capital importante da força crítica dos romances. Levando em consideração a história política de cada

país, pode-se apreciar como opera o embate constitucional dentro da articulação entre representação narrativa, literatura nacional e prática societal.

O elemento retórico principal nessa articulação, contida na literatura nacional, é a afirmação de separação da Europa. No plano histórico, em 1822, D. Pedro I emancipa o Brasil de Portugal e, em 1824, Simón Bolívar termina a emancipação da Venezuela da Espanha. No plano discursivo, em ambos os países há uma necessidade de reafirmar a separação, mas de maneira distinta em cada um com relação a sua ex-metrópole respectiva.

Os processos políticos se diferem, bem como suas constituições, uma monárquica e outra republicana, causando também diferenças em suas retóricas fundacionais e em suas literaturas.⁶⁷ Sem sermos historiadores, lembremos que, por causa da invasão napoleônica na Península Ibérica em 1807, a Monarquia portuguesa se instala no Brasil, enquanto o rei espanhol fica subordinado em Madri e sua corte reinstala o governo em Cádiz. O fato singularíssimo de que no Brasil residiu o poder imperial, integrando-se ao Reino em 1815, faz com que seja um monarca português, D. Pedro I, quem o emancipe, estreando a condição nacional dupla como monarca brasileiro também. A Venezuela, como parte da América Hispânica, é em princípio leal ao rei subordinado, mas, desconhecendo a espécie de governo-sem-rei em Cádiz e os seus vice-reis nas colônias, é conquistada pela facção radical republicana por parte dos até então espanhóis (nascidos)

⁶⁷ Sobre os processos de independência da América hispânica e lusitana, e suas diferenças, cf.: BREÑA, Roberto. *El imperio de las circunstancias: las independencias hispanoamericanas y la revolución liberal española*. México: El Colegio de México, 2012; PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2015; RODRÍGUEZ ORDÓÑEZ, Jaime Edmundo. *La Independencia de la América Española*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005; SCHWARCZ, Lilia Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. *História do Brasil nação: crise colonial e independência, 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

americanos. Em ambos os casos a instância constitucional é central à Independência.

Com efeito, a Independência do Brasil é consequência da tentativa de recolonização por parte da constituinte da corte portuguesa em 1821, enquanto a da América Hispânica obedece à radicalização republicana e seu imperativo constitucional, ambos em oposição à administração colonial da metrópole. Mas a separação política e o impulso para o constitucionalismo têm resultados diferentes: a continuidade da monarquia luso-brasileira do Brasil império indeniza Portugal e, ao contrário, a ruptura com a ordem monárquica espanhola em situação colonial dá origem à República da Venezuela, em conjunto com as repúblicas resultantes da atuação de Bolívar. Tais diferenças marcam a qualidade da separação com a agora ex-metrópole euro-ibérica. Negociada uma, sangrenta a outra, tudo isso influirá na retórica fundacional que “inventa” a identidade nacional na nova ordem constitucional, como mostram, por exemplo, os textos político-programáticos dos brasileiros (luso-americanos) José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, e do venezuelano (hispano-americano) Simón Bolívar.

A partir desses fatos se constitui a história política, e é evidente que os processos de independência não foram conduzidos pelos sujeitos marginalizados representados pela retórica nacional. Nem o guarani alencariano, nem os astecas, incas ou araucanos de Bello são protagonistas de fato do processo de nascimento político da nação, porém o são sim da retórica fundacional que estende as origens identitárias ao passado colonial não ibérico – o que não acontece na retórica do peregrino anglo-americano, em que o indígena é adversário e o negro se opõe ao branco na ótica do binarismo racial. As sociedades que no Brasil recuperam sua administração e que na Venezuela a inauguram são etnicamente misturadas e transculturais, mas o segmento dominante e, em particular, a

elite governante urbana tendia a se identificar fundamentalmente com a origem ibérica, do ponto de vista fenotípico e/ou ideológico – coerente, aliás, com sua própria história de misturas –, sendo possuidora, em território americano, da língua, cultura e visão de mundo de acordo com essa origem.

O filósofo venezuelano Briceño Guerrero⁶⁸ chama este sujeito de “europeu segundo da América” sob o argumento, questionado e ironizado pelo mesmo autor, de que “América é o resultado da expansão da Europa e nós somos europeus na América”.⁶⁹ E acrescenta:⁷⁰

Pode-se afirmar, além disso, que a independência e a formação das repúblicas americanas são parte das revoluções mencionadas [industrial e política]. As ideias, aspirações, forças econômicas e militares, o *pathos*, o *ethos* e o *eros*, o *logos* e o *telos*, a retórica e a estética que presidiram e animaram ambas as séries simultâneas de sucessos, a europeia e a americana, foram os mesmos (tradução nossa).⁷¹

O fenômeno da expansão da Europa ocidental (e seus cidadãos) na América (agora americanos) permite não apenas constatar o fato da primazia de suas línguas e culturas no continente novo, mas também distinguir entre o que o filósofo citado chama europeu primeiro e europeu segundo da América. O primeiro precede os valores ilustrados e mantém os

⁶⁸ BRICEÑO GUERRERO, Juan M. *El laberinto de los tres minotauros*. Caracas: Monte Ávila, 2007, p. 37.

⁶⁹ “América es el resultado de la expansión de Europa y nosotros somos europeos en América.”

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 37-38.

⁷¹ “Puede afirmarse además que la independencia y la formación de las repúblicas americanas son parte de las revoluciones mencionadas [industrial y política]. Las ideas, aspiraciones, fuerzas económicas y militares, el *pathos*, el *ethos* y el *eros*, el *logos* y el *telos*, la retórica y la estética que presidieron y animaron ambas series simultáneas de acontecimientos, la europea y la americana, fueron los mismos.”

princípios senhorial e feudal, enquanto o segundo é um ilustrado racionalista e imperialista. Ambos são proprietários e a oposição não é simétrica, mas explica o embate clássico, por exemplo, entre conservadores escravistas, os primeiros, e liberais antiescravistas, os segundos. O qualificativo “segundo” não é arbitrário e provém da “razão segunda” inventada na Grécia antiga a partir dos pré-socráticos. A Ilustração é uma reinvenção europeia moderna desta razão segunda e a América foi seu projeto. Portanto, seria impossível pensar em termos de crítica cultural nos segmentos da sociedade dominante latino-americana como algo desconexo da Europa, independentemente das ressalvas sobre qualquer formulação do “nosso” numa relação de contraste, diferença e independência dessa conexão linguística e cultural com ela.

A experiência da sociedade independente das colônias de Portugal e da Espanha relaciona de maneira contraditória pelo menos dois tipos de sujeito cultural que denominarei de “ex-colonial”. Por um lado, o sujeito ibero-americano, entendido como o europeu nascido na colônia americana, numa situação de poder limitado a respeito da metrópole ibérica – o que também o diferencia da participação do anglo-americano na administração do Império Britânico⁷² – e, por outro lado, o sujeito marginalizado, ou seja, o indígena desapropriado e catequizado e o africano desterrado e escravizado. Ao contrastar com a teoria pós-colonial anglófona, veremos que o indígena e o negro na América ibérica não são “subalternos” no sentido de povo autóctone que se emancipa do poder colonizador – como nos casos da Índia e do chamado Médio Oriente britânicos⁷³ –, porque as práticas de exclusão colonial da desapropriação e escravização continuaram a ser exercidas pela “nova” situação

⁷² QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Paris, v. 44, n. 134, p. 583-591.

⁷³ SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York: Vintage, 1994.

política da elite *criollo*-hispânica ou luso-americana contra esses sujeitos marginalizados étnica e socialmente.

Por isso, como sujeito ex-colonial, o ibero-americano ambivalentemente entende, por um lado, a história da sua sujeição a formas políticas ibéricas e europeias e, por outro, se desinteressa da sujeição que ele próprio exerce ao reproduzir a hierarquia colonial em tempos imperiais ou republicanos. A elite latino-americana pode se definir como sujeito europeizado ou europeizante, no sentido de que confirma sua “natural” filiação ibérica e europeia, ao mesmo tempo em que se afasta dessa filiação por meio da experiência periférica de sua localização geográfica americana. Paradoxalmente, o sujeito ibérico-americano ex-colonial afirma sua independência e inventa sua identidade nacional emprestando para si a imagem do sujeito historicamente excluído. Esse sujeito ex-colonial não é um autóctone letrado “falando por” um autóctone “subalterno”, como explica Spivak no caso indiano,⁷⁴ mas um “ibero-americano” representando a si mesmo por meio de um “subalterno”. Se nos dois casos “o subalterno não fala”, a diferença entre pós-colonial e ex-colonial é que o primeiro se refere a uma cultura nativa não ocidental e o segundo se refere a uma cultura transculturada e/ou miscigenada em que domina a visão da elite europeizada.

Com efeito, textos emblemáticos da historiografia fundacional ibero-americana delineiam os traços desse novo sujeito ex-colonial. Mencionarei brevemente dois. No “Discurso de Angostura” de 1819, escrito pelo venezuelano Simón Bolívar⁷⁵ e proferido diante do Congresso antes da dissolução da Grã-Colômbia, o Libertador vislumbra a situação “extraordinária” de

⁷⁴ SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? In: ASHCROFT, Bill et al. *The Post-Colonial Studies Reader*. Londres: Routledge, 1995, p. 26.

⁷⁵ BOLÍVAR, Simón. Discurso de Angostura. In: ROMERO, José Luis; ROMERO, Luis Alberto (eds.). *Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)*. Caracas: Ayacucho, 1977, v. 2, p. 107-127.

o “europeu americano” ter que disputar a terra com o indígena originário num contexto de mistura étnico-racial com indígenas e negros, sujeitos que previa teórica e posteriormente emancipar. Por sua vez, no texto *Representação da Junta de Governo Provisório da província de São Paulo*, de 1821, redigido pelo brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva⁷⁶ e preparado para a Constituinte portuguesa, o cientista e político paulista celebra o impulso liberal desta, mas critica veementemente a tentativa de recolonização do Brasil por meio do instrumento constitucional metropolitano. O que é importante salientar nesses documentos (pré-)independentistas é a tensão entre a retórica fundacional e a exclusão social de herança colonial. O caráter ex-colonial varia nos dois contextos nacionais e se evidencia para além de um universo maior de heterogeneidade discursiva, que vai de posturas conservadoras a liberais radicais, de atitudes monarquistas a republicanas, quase sempre misturadas, mas sempre no contexto do embate constitucionalista que caracterizará a América Latina emancipada.

Indo da esfera textual política para a propriamente literária, textos igualmente emblemáticos contribuem nessa retórica funcional ibero-americana. O indianismo e o “terra-centrismo” de José de Alencar e Andrés Bello, distintos entre si, como depois o abolicionismo e o antilatifundismo dos românticos liberais, resolvem simbolicamente essa injustiça social que é contrária à retórica fundacional e ao espírito constitucional, mas que fica politicamente “adiada”.

Em *O Guarani* de Alencar, o indígena se destaca por suas virtudes e seu conhecimento da natureza, mas, ao mesmo tempo, o explorador reivindica sua origem portuguesa na terra colonizada. A oposição entre selvagem e civilizado é harmonizada, segundo Alfredo Bosi, por meio do “complexo do

⁷⁶ SILVA apud COSTA, Hipólito José da. *Hipólito José da Costa*. Org. Sergio Goes de Paula. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 604.

sacrifício” da “íntima comunhão entre índio e colonizador”.⁷⁷ Bosi observa que a estória da conciliação contraria a história da colonização porque “no imaginário pós-colonial [o indígena] seria rebelde”.⁷⁸ Negreiros de Figueiredo define a solução romântica como “ambígua”, dado que seu discurso está baseado na homogeneidade, uniformidade e linearidade da linguagem dos cronistas, por exemplo, na *Carta* de Pero Vaz de Caminha.⁷⁹ Dessa maneira, a escrita romântica fundacional resgata a filiação ibérica na forma de olhar a natureza abundante passível de exploração, integrada a um indígena abstrato do passado que agora é ícone nacional do presente, mas sem se perguntar pela situação atual do indígena concreto.

Em *Alocución a la poesía* de Bello, a voz lírica ressalta os heróis da resistência indígena contra o invasor espanhol, mas reconhece o rico solo americano como o “mundo de Colón”. A voz procura inspiração nas formas greco-romanas e na expressão neoclássica castelhana, na medida em que Bello – parafraseio Pedro Grases⁸⁰ – associa às letras ocidentais o projeto social libertário da América Hispânica. Assim, a escrita neoclássica fundacional também advoga por um projeto civilizador americano que se fundamenta no indígena abstrato do passado, ícone hispano-americano, em oposição ao colonialismo espanhol, mas apagando a atualidade do indígena concreto.

Embora os dois textos, paradigmáticos da literatura de fundação da nação, compartilhem a grandeza da natureza e a revalorização do habitante pré-contato e sejam produtos culturais com forma europeia e conteúdo americano, o romantismo brasileiro difere do neoclassicismo venezuelano na

⁷⁷ BOSI, Afredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 177.

⁷⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 28, 30.

⁸⁰ GRASES, op. cit., p. X-XI.

harmonização e na oposição à colonização. Em ambos os casos, porém, a noção de liberdade que impregna o entusiasmo nacional apaga o sujeito marginalizado, ou seja, “adia” a questão social da herança colonial.

Voltemos a atenção para os romances estudados. Dado que o idealismo nacionalista dos personagens Policarpo e Gonzalo se inspira nas interpretações da nação oficiais e convencionalmente aceitas, seus fracassos, intelectual e agrário, são indicativos não só das exclusões política e econômica dentro das respectivas ficções sobre a sociedade civil, mas também, por contraste, da exclusão histórica extraliterária dos sujeitos marginalizados social e etnicamente. A interligação entre as exclusões narrativas e históricas abre as ficções à revisão crítica da afirmação de independência na literatura da fundação da nação. O drama e a enunciação servem assim de tensão simbólica do adiamento da questão social e contrastam entre si textualmente com as escritas de Bello e Alencar, na medida em que estas afirmam a nação pelo apelo direto à terra e aos sujeitos excluídos, cuja situação extradiscursiva, porém, está marcada mais pela herança colonial que pela libertação discursiva da afirmação de independência.

O fracasso dos personagens estudados representa uma crítica às soluções simbólicas da literatura fundacional e uma crítica que desconstrói sua retórica. A queda do ideal reclama das sociedades carioca e caraquenha, em obras publicadas no quase centenário de Independência, o adiamento da emancipação social acompanhada do problema do latifúndio e da escravidão, tudo o que foi herdado da colônia e que não foi resolvido em constitucionalismos sustentados pela ideia de liberdade.

Guerra e fracasso

Passemos agora a enxergar os personagens Policarpo e Gonzalo como percursos de um idealismo fracassado em diálogo com a respectiva referencialidade bélica nacional. Uma frase sobre o procedimento. Entendo a relação entre texto simbólico e contexto histórico não em termos de representação de um dentro do outro e vice-versa, mas como um diálogo entre formas: num caso, da forma literária narrativa (personagens e ação) e, no outro, da forma de cultura política (militarismo e liberalismo). Essa noção relacional informa a leitura nessa terceira parte da estrutura do romance: a guerra.

O primeiro ponto que chama a atenção ao comparar ambos os personagens é o grupo armado de que cada um participa: Policarpo luta a favor do governo militar de Floriano Peixoto, e Gonzalo, a favor do grupo rebelde contra o governo, apoiado, lembre-se, pelo herói popular Paulo Guarimba. O segundo aspecto que se destaca é a relação do narrador com os personagens, que oscila entre a pura descrição e um certo grau de afetividade: o narrador de *Triste fim* é visceralmente antiflorianista e antipositivista, e ironiza a falta de jeito de Policarpo no seu desempenho militar; enquanto a descrição naturalista do narrador de *Este país* diferencia o caráter de decisão e indecisão entre personagens na guerra para destacar a coragem de Guarimba e a fraqueza de Gonzalo.

A reflexão sobre o papel de cada grupo e o ponto de vista do narrador geram um efeito crítico na representação dos personagens e salientam o sentido de cada romance. Essas relações adquirirão sentido pleno quando consideradas sob a luz do destino final dos personagens. Portanto, é o momento de formular algumas conclusões parciais a propósito da terceira parte da estrutura do romance, na qual a guerra esgota o

idealismo dos personagens que terminam, formalmente, seu percurso fracassado.

Em *Triste fim*, a disparidade entre Policarpo e o tenente Fontes apresenta duas versões de idealismo nacionalista, um mais puro, quixotesco e ecumênico, o outro pragmático, opositivo e agressivo. A ideologia nacional de um é romântica, a do outro, jacobina e positivista. Ainda, num deles essa ideologia é liberal mas conservadora, noutro, liberal mas militarista. A tensão definitiva durante o conflito bélico se dá, de um lado, pela incompatibilidade do idealismo de Policarpo com a prática do imprevisto e do consentimento na violência criminal por parte da autoridade, e do outro, pelo fato de o jacobino positivista integrar ao seu idealismo essa prática contraditória como natural. Isso quer dizer que toda ação é sujeita a uma margem retórica de idealidade, mas dependendo da sua adequação, ou não, à prática política ou *realpolitik*, a ação e o sujeito que a pratica serão incluídos ou excluídos. Embora Policarpo lute lado a lado com os nacionalistas xenófobos, seu momento máximo de desencanto ocorre no final formal da batalha, quando se dá a recepção negativa por parte de Floriano – pessoa e máxima autoridade política nacional – do projeto romântico escrito de reformismo agrário, que previa o apoio ao agricultor nacional. A exclusão de Policarpo provém, então, de forças externas a ele, e ela é total e completa, dado que provém da máxima autoridade e da guerra, método último de resolução de conflitos.

Em outro plano, a descrição realista funciona em Policarpo como realismo alegórico, porque seu idealismo se manifesta na Revolta como a materialização de um conceito platônico, irrealizável. Nessa conjuntura do conflito, opõem-se dois binômios interligados à maneira brasileira: a República e a Monarquia, por um lado e por outro, o presidencialismo ditatorial de corte militarista e o parlamentarismo federalista de corte civil. O narrador se posiciona radicalmente contra a

República militarista, e seu gesto irônico e ridicularizante retrata como a exclusão da contribuição da visão de mundo de Policarpo serve de força crítica contra a ascensão militarista pós-Monarquia e, por oposição, a favor de um modelo civilista que garante a liberdade civil e o dissenso, como as passagens citadas demonstram. Embora o narrador enxergue nisso a sobrevivência da herança colonial do latifúndio e do escravismo (durante o ciclo agrário de Policarpo), ele não age de modo igual com relação à facção civilista do grande setor agricultor paulista em que depois de Floriano, a partir de Prudente de Moraes, hegemonizaria essa liberdade. O fracasso de Policarpo é projeção e resolução simbólica da ascensão militarista no início da República, mas vai de encontro à sucessão constitucional do militar Floriano ao civil Prudente de Moraes, que consolida o governo civilista caracterizado pela cooptação do militar, afastando assim qualquer governo na Velha República – mesmo presidida por um militar – do militarismo que, por exemplo, caracterizara os governos hispano-americanos.

Por sua vez, em *Este país*, a disparidade entre Gonzalo e o general García também apresenta duas versões de idealismo nacionalista, um letrado, o outro militar. Embora ambos sejam profissionais, a tensão definitiva durante o conflito responde a forças internas a esses personagens, cujo perfil profissional se nivela narrativamente no fracasso. Eles fracassam junto com a Revolução toda, mas a causa não é externa, e sim interna, relativa à psicologia individual que, então, predetermina a falha do organismo. A tensão assimila de uma só vez a biologia do organismo fraco e a cultura da nova ordem política. Na medida em que os indecisos confiam no velho e caótico sistema dos caudilhos, eles são excluídos da nova ordem centralizadora militar.⁸¹

⁸¹ Reparando a mudança política entre os séculos XIX e XX, chamarei de supracaudilho o chefe que comanda os caudilhos regionais (o velho sistema,

O contraste dos indecisos com a decidida cepa de Paulo é salientado pelo narrador no gesto naturalista que liga de uma só vez a fortaleza orgânica popular e o nacionalismo legal e legítimo do governo constituído. Tal contraste se encaixa no binômio à maneira venezuelana de oficialidade legal e revolução ilegal e, ainda, liberalismo federal “amarelo” e centralismo militar restaurador. A posição marcadamente entusiástica do narrador chega a enxergar a sobrevivência da herança colonial do latifúndio e da herança liberal “amarela” do salário rural miserável e da usura financeira (durante o ciclo agrário de Gonzalo). Mas, embora a Revolução ficcionalizada se entenda como o fim do caudilho regional, a opção popular de Paulo, empenhada pelo narrador, é também marcadamente platônica pelo menos em dois sentidos. A origem étnica e social do marginalizado não garante a superação da fraqueza (não biológica, mas cultural) do olhar ex-colonial não do sujeito, mas da situação de posse de poder político, o que é representado na transformação psicológica de Paulo de subalterno a superior, por um lado, e por outro, na sua posse como ministro de Estado.

Além disso, Paulo é uma projeção e resolução simbólica que vai de encontro, penso, à ditadura do general Juan Vicente Gómez (1908-1935) que, embora continue o legado central-militar de Castro, não muda a pauta liberal *criolla* nem abole a herança do militarismo da histórica política venezuelana. O fim do caudilho regional e do supracaudilho amarelo em troca do supercaudilho restaurador gera uma figura muito afastada, por

chamado de “amarelo”) e de supercaudilho, o chefe que elimina os caudilhos regionais para ficar como única figura de poder (o novo sistema centralizador). Sobre a história do caudilhismo venezuelano, cf.: CABALLERO, Manuel. Prólogo: El concepto de crisis y la crisis del caudillismo. In: QUINTERO, Inés. *El ocaso de una estirpe: la centralización restauradora y el fin de los caudillos históricos*. Caracas: Alfadil, 1989, p. 7-17; QUINTERO, Inés. *Las tentaciones del poder: Manuel Antonio Matos: de banquero a revolucionario*. Caracas: CONAC, 1995.

exemplo, do governo militarista do brasileiro Hermes da Fonseca que se inicia em 1910. Daí os comentários da crítica sobre Lima Barreto como monarquista, os quais, a rigor, não enxergam com precisão o imperativo civilista que o autor via no Império; isso sem mencionar a confusão, nesses comentários, entre narrador e autor.

A interioridade de Gonzalo e a exterioridade de Policarpo como forças excludentes se originam ambas na margem, aqui negativa, de idealidade individual e idealismo patriótico contrastado, também negativamente, com a *realpolitik* bélica. Na medida em que a origem fundacional do ideal sustentado pelos personagens se encontra fora de lugar diante da destruição e morte causadas pela guerra, a retórica fundacional é negada e, por isso, sua promessa, também fundacional, de emancipação social mostra-se descumprida e perpetuamente adiada. Dessa maneira, o desenho dos romances interliga o fracasso de personagens integrados ao sistema como cidadãos proprietários com a exclusão histórica de sujeitos marginalizados como o indígena e o negro na colônia, que junto com os pardos e mestiços ficam de fora os primeiros cem anos de Independência até se encerrarem os dias em que a guerra interna constituía uma reposta política válida.

O extremismo da feição do idealismo de Policarpo e Gonzalo, distinto do dos outros personagens, é uma estratégia literária de entretenimento (sério) para um público-alvo alfabetizado cujo norte econômico e cultural eram a Europa e os Estados Unidos. Para eles, com a ironia cortante de Lima Barreto e a solenidade esperançosa de Urbaneja Achelpohl, dedica-se o projeto pedagógico, civilizador e americanista, de mostrar e demonstrar o quão afastada da realidade excludente, destrutiva e dependente estava a celebrada retórica nacional desde os tempos da Independência que, então, precisamente, fazia cem anos. Daí a importância do estudo dos personagens, junto ao da ficcionalização do referente histórico, do tratamento da

linguagem e do estilo literário sempre historicamente determinados em sua definição e função, quer dizer, a função social do realismo literário nessas obras do início do século XX.⁸²

⁸² Cf.: MÁRQUEZ ARREAZA, Dionisio. Sentido literário e função social do realismo em dois romances latino-americanos da década de 1910: *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *En este país...!*, de Urbaneja Achelpohl. In: FIGUEIREDO, Carmen Negreiros de et al (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 245-261.

Reflexão carcerária: a decepção do sujeito ex-colonial

Sendo Policarpo e Gonzalo expostos à violência extrema da guerra republicana, seu idealismo patriótico e qualquer desejo reformista ficam sem sentido e sem lugar. Ou seja, a destruição caótica no conflito armado constituirá o clímax narrativo e a maior instância de exclusão do idealismo patriótico dos personagens, por isso, fracassados. No entanto, a forma da decepção deles é distinta. A forma com que cada personagem chega ao cárcere e o destino que sofrem diferencia a forma de exclusão e dissolução do ideal patriótico de cada um.

Depois de derrotada a Revolução, Gonzalo é preso e colocado na Rotunda, prisão para presos políticos e de guerra localizada no litoral oriental da Venezuela. No cárcere ele também é derrotado, traumatizado pela violência da guerra e decididamente sem possibilidade de obter crédito nem a prorrogação do prazo para recuperar a fazenda. Não obstante, mais importante do que isso é o fato de que ele está mental e moralmente quebrado. Nesse momento do final do romance, Gonzalo é posto em liberdade graças a Paulo Guarimba – que, como vimos, no início do texto é peão e que, recrutado para lutar pelo governo, de soldado raso ascende a general e, depois da vitória, é promovido a ministro da Guerra. Ao sair da prisão, o sentimento de fracasso de Gonzalo não diminui. Ao contrário, na forma de um monólogo reflexivo, que inicia no cárcere e continua logo depois que sai, ele examina a nova compreensão sobre a realidade do país:⁸³

⁸³ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 304.

O nanismo moral era o fator nivelador. Toda ideia de sacrifício tinha desaparecido; ninguém era capaz de *advogar pelo outro*, nem de dar calor a outra coisa que não fosse a lisonja ou alguma desastrosa combinação filha do interesse ou do egoísmo *acima como abaixo*: tudo estava podre e o único serviço que podia ser feito era o de precipitar por todos os meios possíveis a putrefação. E diante da impossibilidade desse desejo final, o único que restava para certas almas nobres era se tornarem *indiferentes* ao bem e ao mal.⁸⁴

No final do seu destino narrativo, Gonzalo entende que o ideal da pátria não vale nada frente à realidade do interesse “podre”, egoísta e moralmente pobre, presente em toda a hierarquia social. O narrador valoriza o cárcere como “a mais objetiva das escolas” (“*la más objetiva de las escuelas*”)⁸⁵ que serve como “espelho de imagens disformes, onde nos olhamos e nos olham” (“*espejo de imágenes deformes, donde nos miramos y nos miran*”). O cárcere é uma espécie de miniatura intensificada que espelha os males da sociedade em toda a sua extensão, e não só o lugar de retenção dos indivíduos à margem da lei e da convenção social. Salienta-se que, justo quando Gonzalo passa de preso a libertado, ocorre seu monólogo avaliativo no qual, na situação de réu perdoado, opta pelo silêncio e a indiferença, o que equivale a um encarceramento fora do cárcere. Contudo, mais adiante no monólogo, Gonzalo se irrita só de pensar nas suas velhas ideias e insiste na atitude escolhida:⁸⁶ “*Não arriscaria nem uma palavra, nem se alarmaria por nada; sentiria uma poça*

⁸⁴ “El enanismo moral era el rasero común. Toda idea de sacrificio había desaparecido; nadie era capaz de **abogar por el otro**, ni de dar calor a otra cosa que no fuera la lisonja o alguna desastrosa combinación hija del interés y el egoísmo **arriba como abajo**: todo estaba podrido y el único servicio que podía hacerse era precipitar por todos los medios posibles la putrefacción. Y ante la imposibilidad de ese anhelo final, lo único que restaba a ciertas almas nobles, era hacerse **indiferentes** al bien y al mal” (grifos nossos).

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 305.

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 306.

de águas geladas, *indiferente* a quanto acontecesse, fechado no mais estreito egoísmo”.⁸⁷

Embora o ideal patriótico se frustre pela reflexão feita na cadeia e a insegurança psicológica inviabilize a concretização do seu ideal, de fato Gonzalo é legalmente perdoado pelo próprio governo contra o qual se sublevou como revolucionário, o que abriria a possibilidade de ele voltar ao campo e, inclusive, aos ideais. Mas se a liberdade pelo perdão flexibiliza a traição do revolucionário, reforça-se a perda do idealismo e a conformidade com a banalidade convencional por parte de um personagem, como se viu, fraco e incapaz de sustentar suas convicções. Assim, o destino de Gonzalo representa a crítica à classe dominante e à hegemonia liberal, mas também à incapacidade para solucionar os entraves da nação por parte daqueles em condições socioeconômicas de fazê-lo, como ele.

Contudo, Gonzalo não escapa à tentação do idealismo. Em plena liberdade recuperada, seu monólogo é ademais marcado pela solidão, no caso, com intermitências idealistas:⁸⁸

[Gonzalo era] um desses raros seres que para felicidade da humanidade têm morada no país da Utopia e que com frequência se encontram *sós*, ainda que no meio das multidões, porque vivem como que repletos de si mesmos. Além disso, escravos de um “eu” implacável, feroz, fiscalizador de atos próprios e alheios [...] que acordavam o outro *Ruiseñol* que daria problema com todo o edificado na paz da repartição, ao empreender com mais brio a reconstrução de algum formoso castelo ideal, de algum outro generoso e nobre sonho, pelos seus

⁸⁷ *No aventuraría ni una palabra, ni se alarmaría por nada; sentiría un pozo de aguas heladas, indiferente a cuanto se sucediera, encerrado en el más estrecho egoísmo*” (grifos nossos).

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 318.

[compatriotas] e para os seus, como nunca jamais o imaginou “Neste país”.⁸⁹

Nomeado arquivista do Ministério de Guerra, Gonzalo fica longe do campo e afastado de qualquer ideal e ação. Na repartição, conta o narrador, ele conseguirá uma espécie de paz, que caracteriza o ambiente do funcionalismo público, onde ele é retratado em solidão, apesar da companhia dos colegas de gabinete ou de uma caminhada anônima na populosa calçada urbana. No entanto, ele é um sujeito dividido, entre conformado e sonhador. Dessa maneira, o destino final mostra que o ideal que só fica na cabeça não tem potencial de transformação; é apenas uma enfermidade que serve somente para reconhecer os obstáculos do progresso. A narração naturalista revela em Gonzalo a mazela autóctone do intelectual ou profissional cuja compreensão da realidade, longe de ajudá-lo a solucionar problemas, o lança numa estéril decepção. Nele, ainda, o aparecimento fugaz de uma nova ideia é apenas sintoma de doença. O paradoxo de Gonzalo, no entanto, é que sua exclusão é totalmente interna na condição de recém-libertado.

A forma de exclusão e o destino de Policarpo, em *Triste fim*, contrastam com os de Gonzalo, embora ambos sejam textos republicanos em crise. No final do romance de Lima Barreto, com a vitória do governo contra os revoltosos, Policarpo é feito carcereiro dos marinheiros presos na Ilha das Enxadas, um dos lugares efetivamente testemunhados pela história. Qualitativamente, no desenrolar da sequência do cárcere,

⁸⁹ “[Gonzalo era] [uno] de esos raros seres que para dicha de la humanidad tiene casa solar en el país de la Utopía y que con frecuencia se encuentran **solos**, aún en medio de las muchedumbres, porque viven como repletos de ellos mismos. Para más, esclavos de un yo implacable, fiero, fiscalizador de actos propios y ajenos [...] que despertaba al **otro Ruiseño!** y diera traste con todo lo edificado en la paz del archivo, al emprender con más brío la reconstrucción de algún otro hermoso castillo ideal, de algún otro generoso y noble ensueño, por los suyos y para los suyos, cual nunca jamás lo imaginaran ‘En este país’ [sic]” (grifos nossos).

Policarpo é o oposto simétrico de Gonzalo, mesmo que na parte final ambos transitem para a decepção e nas últimas páginas se expressem em monólogos de densa solidão. Sem o devido processo, prisioneiros escolhidos arbitrariamente são massacrados clandestinamente na Ilha das Cobras. Diante dessa situação, Policarpo não fica indiferente, mas indignado, e não contendo as palavras, escreve uma carta de protesto dirigida à autoridade máxima, o presidente Floriano, redigida sempre em código romântico, na qual: “Nada omitiu do seu pensamento; falou clara, franca, nitidamente”.⁹⁰ Mesmo tendo lutado para o governo de Peixoto, essa carta o torna imediatamente – ou seja, sem a mediação do devido processo – traidor, e o carcereiro vira encarcerado. Ao fazer um balanço da situação, Policarpo percebe que está desmoralizado e reconhece o fracasso pela decepção obtida com o requerimento do tupi, as iniciativas agrícolas e o combate. Finalmente questiona a própria ideia de pátria num também último monólogo, no qual avalia a nova compreensão da sua situação, especificamente, a reação do presidente à sua carta:

Era de conduta tão irregular e incerta o governo que tudo dele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela. O tempo estava de morte, de carnificina: todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência cousa sua, própria, altamente honrosa.⁹¹

Expressar-se em dissenso conduz Policarpo, que lutou com o governo contra os revoltosos, ao cárcere junto com os sublevados, e assim se exclui não só a manifestação verbal de insatisfação, mas sua presença física. Matar, eliminar o outro, constitui a instância de resolução de conflito emblemática da ordem republicana em estreia. Na ausência de tribunal e

⁹⁰ BARRETO, op. cit., p. 243.

⁹¹ Idem, ibidem, p. 243.

julgamento, o instrumento de persuasão oficial é a violência física e material contra a oposição ou o diferente, incluída a dissidência interna. Nesse sentido, a exclusão de Policarpo não é particular em si; ele é mais um eliminado pelo sistema. Porém, seu raciocínio evidencia a contradição fundamental entre teoria e prática republicana. Policarpo ainda não entende as consequências de questionar o poder constituído, mas examina, sim, a base conceitual da ideia de pátria, se interrogando e concluindo:

Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da crendice dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? [...] Pareceu-lhe que essa ideia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições.⁹²

A ideia da pátria, se analisarmos o destino fatal e arbitrário do personagem idealista, se reduz a reproduzir um anacronismo persistente no presente que marca o caráter colonialista dos antigos, da Europa e, no caso, da América Latina governada pelos interesses da elite – precisamente, colonialista e com um eurocentrismo autóctone, se couber a expressão – baseado nas ideias antigas da organização grega e no imperialismo romano. A elite dos americanos hispânicos e lusitanos do século XIX independentista, na reinvenção de “sua” América, se separa politicamente e a todo custo da Espanha e de Portugal, mas conservando valores eurocêntricos, como argumenta Mary Louise Pratt.⁹³ São valores que provêm não só das mães-pátrias agora rejeitadas, mas da concorrência

⁹² Idem, *ibidem*, p. 244.

⁹³ PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. Londres: Taylor and Francis, 2003, p. 111.

colonizadora entre elas, articuladas nas expansões do século XIX do capitalismo expansionista da Inglaterra e do republicanismo burguês da França. Valorizado o brasileiro em detrimento do estrangeiro, o conceito base, a ideia de pátria, seria então uma armadilha, a estratégia de dominação estrangeira inculcada inconscientemente no sujeito nacional, que a faz sua, esquecendo aquela estratégia de dominação. Policarpo enxerga afinal, porém parcialmente, que a pátria regride na forma “fetichica” – o termo é do autor – republicana ficcionalizada a partir da Primeira República. Além da exclusão violenta que sofre Policarpo, a narração complementa, junto com a vida toda dedicada ao estudo e à idealização da pátria, por fim, como com Gonzalo, a solidão e a utopia que caracterizam esse tipo de cidadão idealista.

Em *Este país*, Gonzalo também tem ocasião de questionar o fundamento da ideia de pátria. Na cena em que encontra com Urdiles, antigo colega de faculdade que o convidara a unir-se à revolução, este expressa surpresa diante da notícia da sua bancarrota, e Gonzalo explica que sua ruína financeira e profissional se deve, precisamente, às ideias e sonhos herdados da tradição das gerações das camadas altas. É o momento em que Gonzalo fala:⁹⁴

Precisamente, por isso estou arruinado; porque tenho por trás duzentos anos; porque sou raiz na terra movediça. Porque tenho em mim e levo comigo as aspirações e os sonhos dos meus avós. Sou daquela cepa velha a qual se não fez grandes coisas, pelo menos alentou grandes ideias. Essas ideias e esses sonhos herdados me levaram à ruína, como arruinam as árvores as grandes trepadeiras.⁹⁵

⁹⁴ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 234.

⁹⁵ “Precisamente, por eso estoy arruinado; porque tengo por detrás doscientos años; porque soy raíz en la tierra movediza. Porque tengo en mí y llevo conmigo las aspiraciones y los ensueños de mis abuelos. Soy de aquella cepa vieja que si no hizo

A análise no desespero enxerga a longa tradição da classe dos proprietários que, projetando as aspirações e os sonhos do progresso, só conseguem a ruína, aprofundando a brecha entre teoria e práxis do nacionalismo *criollo*. A raiz do passado, das gerações passadas, se mostra como um anacronismo presente, uma vez que é comprovada sua falácia. Dois capítulos depois, durante a guerra, Gonzalo reflete com desânimo sobre a violência bélica e enxerga bem sua condição de sujeito ex-colonial:⁹⁶

No fundo, ele não era nada mais que um *envernizado*; a única coisa que o diferenciava dos outros era a inquietação do espírito e o seu *verniz de civilizado*. E no fundo, essas eram coisas secundárias; no fundo, ele era um irmão, um irmão mais velho, consciente das dores e amarguras íntimas, do desastre do lar paterno e do que via a seu redor, o desastre.⁹⁷

No fundo, Gonzalo se reconhece como sujeito envernizado de civilização, único traço que o diferencia dos seus compatriotas. A consciência do projeto da fundação nacional seria um fator que modificaria a aparência do sujeito que, no caso, pela sua fragilidade, constitui essa sua raiz, que não é sólida e forte o suficiente para superar a guerra como forma incivilizada de negociação política.

Assim, os romances de Lima Barreto e de Urbaneja Achelpohl revelam a República liberal como um esquema de violência por mérito próprio por meio da exclusão do

grandes cosas, por lo menos alentó grandes ideas. Esas ideas y esos sueños heredados me han empujado a la ruina, como arruinan a los árboles las grandes enredaderas."

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 261.

⁹⁷ "En el fondo, él no era sino un **barnizado**; lo único que lo diferenciaba de los demás, era la inquietud del espíritu y su **barniz de civilizado**. Y en el fondo, esas eran cosas secundarias; en el fondo, era un hermano, un hermano mayor, consciente de los dolores y amarguras íntimas, del desastre del hogar paterno y que veía a su derredor, el desastre" (grifos nossos).

reformismo, idealismo e patriotismo de sujeitos em princípio integrados à sociedade. Ao mesmo tempo, as obras representam, porém, as decepções sofridas como provas da inviabilidade de reformismos idealistas de cidadãos provenientes das camadas estabelecidas que partilham os valores hegemônicos das elites americanas que os excluem ou os fazem se autoexcluir, como é o caso de Policarpo e Gonzalo, respectivamente. A diferença interior e exterior nem sempre nítida da exclusão e a oposição qualitativa no destino dos personagens sublinham o funcionamento da República-de-fato contrária à República-pátria ideal e da abstração retórica oficial contrária ao interesse concreto, individual e egoísta.

Além disso, os fracassos dos personagens representam de maneira crítica, no sentido que venho desenvolvendo, a exclusão feita pelas Repúblicas americanas independentes em situação pós-colonial no plano histórico-político, herdeiras de mentalidades colonialistas e do regime latifundiário. Embora Policarpo e Gonzalo projetem soluções a problemas práticos e técnicos da produção agrícola para o bem de todos, como sujeitos com consciência nacional eles intuem vagamente, mas não articulam propriamente como é que o regime de propriedade excludente é parte da base desses problemas do meio rural e do sistema político. Penso que a estratégia crítica das obras é sutil nesse sentido: ambas sugerem que os questionamentos e reformismos prático-técnicos dos personagens não são vias de transformação de impacto porque o problema é sistêmico. Com as reivindicações teóricas da cidadania na chegada do republicanismo, o interesse partidarista banalizado e a desconfiança cultural com o diferente ou o outro – como o indígena e o negro na Colônia ou o patriota idealista na República – fazem reproduzir constantemente as formas de exclusão extremas e brutais, reitero, seja no plano externo ou interno, inseridas na visão ocidental(izada) de sociedade.

Dessa maneira, a função dos fracassos dos personagens-cidadãos Policarpo e Gonzalo não é só a de crítica ao discurso idealista e utópico que não se adapta à política real, mas a de denúncia do sistema republicano desvirtuado pela luta da elite bipartidarista da cidade reproduzida no campo e na guerra. Por meio desses fracassos também se constitui um “outro” político que, mesmo pertencendo à ordem existente, é reconhecido como diferente, como ameaça a eliminar, ativando-se assim os mecanismos excludentes da politização do campo e do complexo de inferioridade. Portanto, as tensões entre os personagens e a realidade nacional revelam o lado opressivo da República que nega a pregada “fraternidade, liberdade e igualdade” do ideário republicano, apropriado confusamente durante o século XIX da repercussão centenária da Revolução Francesa de 1789 – em que o republicanismo burguês derroca o absolutismo monárquico e o impacto das invasões e expedições napoleônicas cria uma crise política e ideológica na Europa.

Assim, não é de todo surpreendente que a República liberal latino-americana mostre seu lado programaticamente destruidor na prática da exclusão social e econômica e no uso da violência como forma de negociação e resolução do forte, em consonância tanto com a corrente positivista-evolucionista que acompanhou o liberalismo da região quanto com a herança do regime escravocrata, que em feições próprias sustentara as colônias hispano e luso-americanas.

Entretanto, o “outro” republicano na América Latina tem sua particularidade. A noção de “outro” e “outredade” nos estudos pós-coloniais implica a opressão de um grupo sobre outro, etnicamente diferente em geral, e explica como o europeu ocidental exclui o não ocidental da cidadania sob o pretexto de sua inferioridade.⁹⁸ Nessa situação de sujeição, o olhar colonizador percebe defeitos e anomalias sobre o

⁹⁸ SAID, op. cit., p. 7.

colonizado para “produtivamente” justificar a dominação. Ao longo de *Orientalism*, Said explica que o produto é o texto “orientalista”: textos sobre “eles” que em realidade falam sobre “nós” no sentido da manifestação expressiva da maneira de perceber “nossa”, em que os defeitos projetados “neles” escondem, sob a justificação civilizadora, os mecanismos brutais de violência política e cultural. Mostra-se assim que a imagem de si do olhar ocidental, dentro da dialética de oposição, produz tanto textos ricos em figuras e descrições quanto um projeto civilizador tão defeituoso e anômalo como o projetado no colonizado, em razão do uso da força desproporcional e contracivilizadora.

Sendo os denominadores comuns a fala dialética de si e as formas de exclusão, o “outro” africano ou oriental, por exemplo, seria distinto do “outro” americano porque, num caso, se trata de sociedades pós-coloniais não ocidentais, e noutro, de sociedades “pós-coloniais ocidentais”.⁹⁹ É nesse sentido que Mary Louise Pratt¹⁰⁰ observa, a propósito da importância dos textos naturalistas de Humboldt para a expansão mercantil europeia na América no século XIX: “As novas elites [*criollas*] independentes da América Espanhola [ou Hispânica] enfrentaram a necessidade de se *auto-inventar* em relação tanto à Europa quanto às massas não europeias que buscaram governar”.¹⁰¹ A diferenciação americana da Europa e a sua autoinvenção foi, seguindo ainda Pratt,¹⁰² “produzida” pela elite, cujo “projeto liberal *criollo* [*creole*]¹⁰³ precisava fundar

⁹⁹ Estou ciente de que me refiro a momentos de séculos distintos, o XIX e o XX.

¹⁰⁰ PRATT, op. cit., p. 112.

¹⁰¹ “The newly independent elites of Spanish America [...] faced the necessity for *self-invention* in relation both to Europe and the non-European masses they sought to govern” (grifos no original). São nossas as traduções da obra de Pratt.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 175.

¹⁰³ O termo original inglês *creole* normalmente se refere ao afro no contexto caribenho, assim como o termo francês *créole*. Embora ela escreva em inglês,

uma sociedade e cultura americana independente e descolonizada, mantendo, ao mesmo tempo, os valores europeus e a supremacia branca”.¹⁰⁴

A crítica canadense¹⁰⁵ demonstra como *Silva a la Agricultura e Alocución a la poesia*, do intelectual caraquenho Andrés Bello – comentados acima – e “Delirio del Chimborazo”, do também venezuelano e libertador Simón Bolívar, servem a esse projeto, uma vez que tomam os textos do cientista europeu Humboldt “como ponto a partir do qual a consciência americanista se inicia e além do qual tentou passar”.¹⁰⁶ Certamente, partindo da figura natural-mercantil de Humboldt, para o sujeito *criollo* a natureza e a agropecuária tornam-se signo independentista, mas do texto europeu ao americano – nos dois – se apaga a condição escrava do trabalho da terra ou a visibilidade não idealizada do indígena concreto, revelando a transculturação na noção de progresso de um valor europeizante na diferenciação com a Europa.

Durante a maior parte do século XIX, esses traços discursivos transculturados dos americanos independentistas mas europeizados informam a percepção de si por parte da elite intelectual, constatados, desde uma plethora ideológica, em textos programáticos que serviram como paradigmáticos para as novas nações, como *El dogma socialista* (1837-1839), do argentino Esteban Echeverría, *Europa y América* (1839), do venezuelano Fermín Toro, *O socialismo* (1855), do brasileiro José Ignácio Abreu e Lima, *Nuestra América* (1891), do cubano José Martí, ou *Ariel* (1900), do uruguaio José Enrique Rodó, entre outros.

essa citação de Pratt coincide com o sentido hispânico de *criollo* explicado na nota 6.

¹⁰⁴ “[The] liberal creole [criollo] project involved founding an independent, decolonized American society and culture, while retaining European values and white supremacy.”

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 181.

¹⁰⁶ “As a point **from which** Americanist consciousness set out, and **beyond which** it sought to go” (grifos no original).

Tais textos, cada um a sua maneira, mostram que a afirmação da diferença em relação à Europa se desdiz na adoção de formas e valores europeus para a organização da sociedade americana heterogênea e desigual. Sete décadas depois da independência política, durante a consolidação hispânica e, acrescento, a chegada brasileira à forma republicana, no último terço do século XIX, a emancipação social contra os costumes coloniais não havia sido concluída – e essa dívida será lucidamente cobrada pelos escritores profissionalizados do início do século XX que aqui estudo. Ao contrário, a realidade das massas excluídas, etnicamente misturadas ou não, continuava vivendo na nova forma política apropriada nacionalmente (como muitos críticos pensam sobre a atualidade).¹⁰⁷ Tudo isso mostra que a tarefa pendente da igualdade social na sociedade ex-colonial fora adiada para o futuro e, nesse adiamento, a elite americana europeizada, simultaneamente neocolonial e ocidental, reproduz a justificação civilizadora que esconde as formas de exclusão justamente criticadas, o que espelha o olhar colonizador, como se viu, no olhar republicano americano. Quase um século após a Independência hispano e luso-americana, a elite dominante correspondente ficou devendo a inclusão dos marginalizados desde tempos coloniais, inclusive com as abolições da escravidão na Venezuela e no Brasil, respectivamente nos anos de 1854 e 1888.

Se isso é certo, a igualdade adiada desconstrói o idealismo patriótico de Policarpo e Gonzalo – nutrida em parte pelos textos programáticos da Independência e em parte pela retórica oficial de seus governos sucessivos –, na releitura crítica que Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl fazem na década de 1910

¹⁰⁷ A persistência da cultura e mentalidade coloniais tanto na vida nacional desigual quanto nas próprias formas e instituições de conhecimento tem sido discutida, em modos distintos, por pensadores como Enrique Dussel, María Lugones, Boaventura de Sousa Santos e Walter Mignolo.

sobre as Repúblicas brasileira e venezuelana no último terço do século XIX modernizador.

O fracasso do projeto de nação da elite intelectual do século XIX, no caso o desenvolvimento agrário dentro de uma emancipação integral, fracasso do qual são sintomas a Revolta da Armada e a “Revolución Libertadora”, recria o ambiente republicano ficcionalizado em que Policarpo e Gonzalo estão destinados a fracassar. A não correspondência entre o projeto nacional, no sentido de projeção ao futuro, e o sistema republicano do presente retratado orienta o itinerário literário dos personagens. Os programas americanistas, como os mencionados, informam o patriotismo deles, que com efeito formulam, ao longo de pensamentos e diálogos, a importância da agricultura na economia nacional. Mas, a leitura romântico-conservadora de Policarpo e o cientificismo liberal de Gonzalo revelam a paixão patriótica como inocência que os faz simultaneamente praticantes inconscientes e vítimas ignorantes do adiamento que o discurso oficial faz da exclusão exercida. O paradoxo está em que a exclusão atinge não só as massas historicamente excluídas, mas também membros da classe proprietária dominante como eles, que são, precisamente, os protagonistas fracassados dos romances. Por isso, a outredade republicana de Policarpo e Gonzalo não pode ser confundida com a outredade marginalizada do indígena ou do negro. Os dois tipos de exclusão estão presentes nos romances em doses distintas. Essa diferença interessa para avaliar a crítica republicana deles.

As iniciativas reformistas dos personagens, portadores dos valores dominantes, são efetivamente excluídas. É significativo observar a forma como cada texto exclui o “outro” republicano. Enquanto o venezuelano, em situação de traição efetiva, é perdoado e reintegrado ao sistema, se autoimpedindo de qualquer fala, ação ou reformismo, o brasileiro é fuzilado pelo governo a favor do qual lutou, expressando sua indignação e

protesto por escrito, mas sendo fisicamente eliminado. Ambas são as formas mais extremas de exclusão que serão encenadas no cárcere na avaliação interior ou exteriormente, segundo o caso, do prisioneiro em situação-limite. Tendo em conta o destino dos personagens, ambos os fracassos acumulam o maior capital crítico dos romances, indicando a impossibilidade de transformação política e econômica necessária para uma pátria e agropecuária ideais. Penso que as tentativas estão narrativa e criticamente impossibilitadas pelo adiamento discursivo típico que está no centro da ideia de pátria e de qualquer condução do país. Com efeito, Policarpo, ao refletir no cárcere sobre a pátria, considera que a ideia, embora greco-romana, completa a dominação excludente que o colonizador europeu começara sobre a ilusão da nação independente, no caso, a nação republicana. De modo semelhante e distinto, Gonzalo qualifica de ilusão as ideias sobre o desenvolvimento nacional que ouviu da geração anterior, dos pais e avós. Não obstante, a exclusão do “outro” republicano não atinge significação senão em contraste com a exclusão histórica.

O contraste com o sujeito marginalizado

A estratégia narrativa e crítica, distinta em cada romance, vai apresentar sujeitos marginalizados para cobrar a dívida com a igualdade social adiada dos grandes relatos da nacionalidade moderna latino-americana.

A virada da sorte de Gonzalo que o tira do cárcere é possível apenas graças a Paulo Guarimba, peão e mestiço descendente de escravizados e brancos. O romance inicia descrevendo seu trabalho no sítio Guarimba, que lhe dá sobrenome. O dono do sítio e chefe de Paulo é Modesto Macapo, pai da jovem Josefina. Paralelo à ação de Gonzalo (agrônomo, revolucionário e preso) se desenvolve o fio narrativo romântico do namoro entre o peão mestiço e a *criolla* branca que encontrará forte oposição do pai, Modesto. No contexto da “Revolución”, Paulo é recrutado e Josefina lhe suplica emotivamente para se tornar general e, assim, ascender socialmente e conseguir o consentimento dos pais para o seu casamento, o que acontece efetivamente.

O percurso de Paulo é inverso ao de Gonzalo: é recrutado nas filas do governo, destacado em batalha, promovido a general, feito estrategista na vitória contra os revolucionários e nomeado ministro. Com isso, finalmente, ganha o consentimento de Modesto Macapo para se casar com a filha. A ascensão social não é mera ação narrativa; encontramos expressões de Paulo que revelam o caráter inteligente do sujeito popular. Diante dos horrores da guerra, Paulo em monólogo diz para si mesmo:¹⁰⁸

¹⁰⁸ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 217.

Luta-se, lutando. À guerra vamos para matar e para sermos mortos. Quem tiver pena, que fique em casa. Quem arrepiar, está frito. As coisas não são do seu amo, mas de quem delas necessite. À guerra vamos para tirar o frio dos outros, sem careta. No momento do avanço, não tem que se olhar para trás. Para o inimigo que foge, chumbo quente. E acrescentava [continua o narrador], reforçando suas reflexões: A coisa está em avançar, seja como for; se for necessário, eu como o milho de uma ave; engulo um burro morto e não arroto.¹⁰⁹

A determinação e a coragem de Paulo se opõem inversamente à fraqueza mental e ao medo de Gonzalo. Com frases da língua coloquial em chave humorística, o sujeito popular domina seu destino na situação-limite da guerra e da morte. Todavia, o olhar colonial em Gonzalo é patente nas últimas páginas, como se o narrador desse uma espécie de lição sobre as potencialidades desconhecidas da Venezuela popular, a outra Venezuela, para a classe dominante.¹¹⁰

Nunca [Gonzalo] compreendera aquele homem, nem aquele caráter reservado e taciturno, traduzidos em força acumulada, eram embrulho de uma vontade forte e confiada na espera da hora propícia para deixar-se sentir. Aquele era um caso *estranho*. Os venezuelanos do dia, em geral, eram todos abúlicos, míseros abúlicos, levavam dentro de si mesmos o germe da própria destruição, e o valor e o espírito de sacrifício, o único que lhes restava, abandonavam-nos, porque o abúlico é incapaz da perseverança, de toda energia, de toda vontade, dona do mundo.

¹⁰⁹ “*Se pelea, peleando. A la guerra se va a matar y a que lo maten. El que tenga lástima, que se quede en su casa. El que se para en pelos, está frito. Los corotos no son de su amo, sino de quien los necesite. A la guerra se va a sacar el frío a los demás, sin morisquetas. A la hora de la carga, no hay que ver a las espaldas. Al enemigo que huye, plomo caliente. Y agregaba [continua o narrador], reforzando sus pensares: La cosa está en echar para adelante, sea como sea; si es necesario, le como la mazamorra a un Zute; me trago un burro muerto y no eructo.*”

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 309-310.

O próprio Paulo ignoraria a virtude que continha. Todas as sinas eram herméticas como um ovo, e atravessamos às vezes a vida no mistério do destino. E era agora que ele, Gonzalo Ruiseñol, começava a compreender aquela vida, a ver nela *os indícios da rápida e deslumbradora transformação*. Aquele Paulo, no seu jeito, foi sempre um ser *extraño*, sem nada parecido com os outros homens de sua *origem marginal*.¹¹¹

A citação é longa, mas importante. Depois da queda é que Gonzalo, portador dos valores dominantes e do *“gérmen de la propia destrucción”*, começa a enxergar a diferença de Paulo e a *“vê-lo”* como possível cidadão. Mas a aparição de Paulo está condicionada e mediada pela verossimilhança da ascensão. O sujeito *“extraño”* e *“raro”* não só se torna visível; o outro vira fator necessário de transformação, de forma a completar a emancipação social adiada.

Enquanto Gonzalo é sujeito, com recursos e potencial, que se torna um fracassado, Paulo vai ascendendo de sua posição social baixa à própria esfera do poder, pela mediação da atividade bélica, reitero, do conflito interno republicano. O contraste entre Gonzalo e Paulo não só reforça o fracasso e a esperança de cada um, mas revela o sentido crítico do texto. Esse contraste representa a tensão da sociedade venezuelana,

¹¹¹ “Nunca [Gonzalo] comprendiera aquel hombre [sic], ni que aquella reserva y taciturnidad, traducidas en fuerza acumulada, fueran envoltura de una voluntad fuerte y confiada en espera de la hora propicia para dejarse sentir. Era aquel un caso **extraño**. Los venezolanos del día, en general, eran todos abúlicos, míseros abúlicos, llevaban en sí el germen de la propia destrucción, y el valor y el espíritu de sacrificio, lo único que les restaba, les abandonaban, porque el abúlico es incapaz de la perseverancia, de toda energía, de la voluntad, dueña del mundo. El mismo Paulo ignoraría la virtud que encerraba. Todos los sinos eran herméticos como un huevo, y atravesamos a veces la vida en el misterio del destino. Y era ahora cuando él, Gonzalo Ruiseñol, comenzaba a comprender aquella vida, a ver en ella **los indicios de la pronta y deslumbradora transformación**.

Aquel Paulo, a su modo, fue siempre un ser raro, sin ningún parecido con los otros hombres de su **baja extracción**” (grifos nossos).

entre o proprietário e o não proprietário, o *criollo* estéril e o potencial do mestiço, ainda desconhecido por causa da sua ausência, ou seja, sua exclusão da história visível e oficial da nação. A proposta consistiria em renovar o poder constituído da República por meio do sujeito marginalizado que de modo verossímil ascende socialmente. O romance, então, simbolicamente resolve o adiamento da igualdade por meio da ascensão do popular. Porém, tal renovação social deixa de fora da narração a renovação do próprio poder constituído, a saber, o bipartidarismo republicano excludente. Apenas um indício suplementar é dado no final: na festa de casamento do mestiço emergente ou embranquecido com a *criolla* branca, este deixa seus amigos e conhecidos das camadas populares consumirem e levarem comida e bebida do banquete elitista, democratizando o acesso à “festa da sociedade”.

O romance de Urbaneja Achelpohl faz uma aposta esperançosa na crítica à sociedade venezuelana em trânsito para a modernização do último terço do século XIX. Dessa maneira, a proposta narrativa e a resolução simbólica do texto dialogam com o leitor venezuelano dos anos de 1910 da minoria urbana culta, principalmente caraquenha, durante a ditadura de José Vicente Gómez (1908-1935), que favorecia o sistema financeiro internacional e os interesses dos Estados Unidos e da Europa que, logo depois, seriam intensificados no início do período petrolífero da Venezuela, a partir dos anos 1920.

Diferentemente, a aposta de Lima Barreto é negativa e, por isso, sugestiva. O sentido crítico do “triste fim” de Policarpo aparece quando ele é contrastado com o sujeito popular e/ou marginalizado. No cárcere e desiludido, nas últimas páginas, Policarpo se acha só e desamparado, mas Ricardo Coração dos Outros, amigo dele, busca o auxílio de pessoas influentes, sem sucesso, na tentativa de tirá-lo da cadeia. Inclusive busca o apoio de Olga Coleoni, afilhada daquele. Ricardo é músico popular, morador do subúrbio carioca que, no início do romance, dá lições

a Policarpo de modinha brasileira. A vizinhança de classe média julga Policarpo negativamente, entendendo o violão como um instrumento popular impróprio a um funcionário público, ademais culto e proprietário, pertencente à visão de mundo da classe dominante. Como Paulo, Ricardo é marginalizado, mas seu papel de músico animador de festas da classe média alta botafoguense faz dele um sujeito popular de intermediação, o que, no texto, abre a possibilidade de profissionalização artística em termos sociais. Assim, a presença de Ricardo e, sobretudo, a transgressão simbólica de Policarpo na sua classe reproduzem no texto a tensão social brasileira entre popular e culto, por um lado e pelo outro, entre proletário e proprietário. Mas a atividade bélica não serve como resolução simbólica para Ricardo Coração dos Outros; ao contrário do que ocorre com Paulo, a guerra para ele é um cenário de horrores que o desmoraliza e que formalmente o proíbe de tocar violão. Por sua vez, o caráter marginalizado de Olga não se dá por diferença de classe, mas de gênero. A independência mental da mulher inteligente é condicionada no romance pelo matrimônio medíocre que a impede de desenvolver seu potencial individual e sua relevância social. Penso que o destino de Policarpo adquire sentido fatal e fechado na representação da mesma ordem excludente que impede que o músico popular e a mulher inteligente tenham qualquer aspiração de sair da esfera do pobre e da dona de casa.

Além do contraste no nível das personagens, talvez a passagem mais contundente relativa à ordem rural ocorra no diálogo entre Olga e Felizardo, um ex-escravizado contratado por Policarpo para o trabalho agrícola e que, além disso, fugia do recrutamento para a guerra. A sociabilidade de Olga é uma janela para a sobrevivência da situação semicolonial latifundiária, com a qual é possível ver o invisível:

- Bons dias, “sá dona”.
- Então trabalha-se muito, Felizardo?

- O que se pode.
- [...] Onde é que você mora, Felizardo?
- É doutra banda, na estrada da vila.
- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, “sá dona”.
- Você por que não planta para você?
- “Quá sá dona!” O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- “Sá dona tá” pensando em uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá, sá dona”, não é assim.

[...]

- Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

[...]

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios.

E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?

A fraqueza de atenção não lhe permitiu pensar mais no problema (grifos no original).¹¹²

Essa citação também é longa, mas ilustrativa. As reflexões de Olga logo depois do diálogo com o trabalhador recriam a visão dominante (embora ela esteja limitada pela convenção do seu gênero) que, movida pela curiosidade espontânea e inteligência genuína, fica face a face com a realidade da exclusão no campo brasileiro, como política colonial de Estado que a República mantém. Identificado com a fala coloquial do

¹¹² BARRETO, op. cit., p. 135-136.

analfabeto, o sujeito marginalizado distingue conhecimento agrícola de propriedade da terra. A experiência se insere no passeio de Olga que, depois da conversa, volta para a casa rural do padrinho, perdendo a atenção. Poucas páginas depois Policarpo sistematiza o problema na forma do projeto escrito que o leva ao presidente, conduzindo-o narrativamente ao “fim”.

Ricardo, Olga e Felizardo, representantes do popular, da mulher e do ex-escravizado, sublinham a irresolução simbólica das formas de exclusão da República, que, embora na teoria reconhecesse a universalidade da cidadania, não superara o passado colonial, com o que fecha ainda mais o destino fatal de Policarpo. “O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado”, explica o historiador carioca José Murilo de Carvalho.¹¹³

A pátria é o tema explícito criticado nos romances tanto quanto a convicção e decepção pátrias dos personagens, em leitura contrastada com sujeitos marginalizados em superação (Paulo) ou não (Felizardo). Na medida em que os personagens fracassam, os textos falam “republicanamente”, tanto pela representação exterior do sistema (governo, partidos, posições) quanto pelo drama dos patriotas fracassados. Em termos gerais, é preciso entender a experiência republicana venezuelana (como nos países libertados por Bolívar e no resto da América Hispânica), que coincide com a Independência e o fim da Colônia espanhola, como distinta da experiência republicana brasileira, que viveu a relativa estabilidade político-econômica nas sete décadas entre Império e República graças à continuidade da monarquia na transição para a Independência e do parlamentarismo na transição para a República, como observa Carvalho.¹¹⁴

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987, p. 38.

¹¹⁴ Idem. Introdução. In: _____. *História do Brasil nação: a construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2, p. 19-20.

Em termos mais específicos, a análise narrativa das exclusões, externa em Policarpo e interna em Gonzalo, atende à particularidade conjuntural da política rural de cada país, denotando, por sua vez, a heterogeneidade da forma republicana americana. A reflexão no cárcere, traço do romance republicano e espaço próprio da decepção patriótica, é significativa, por sua vez, pela particularidade literária (indiferença em Gonzalo, indignação em Policarpo), em diálogo com a história nacional que ambienta essa reflexão. O atuar patriótico de tipo idealista não supera a politização, mostrando que o discurso oficial, no caso, republicano, reproduz o olhar colonial, o que, em consequência, transforma em “outro” republicano esse atuar idealista.

Dessa forma, o discurso contradiz a experiência, contradição que corresponde ao que chamei de igualdade “adiada” a propósito do discurso nacional latino-americano do século XIX, no qual a emancipação social não concluída dos projetos americanos prejudica, nas ficções, membros do grupo dominante. Tal contradição, de formas promissoras ou destrutivas, pode encontrar uma leitura patente no contraste com os “outros” marginalizados, principalmente Paulo e Felizardo. Porém, sem os protagonistas portadores dos valores hegemônicos (Policarpo e Gonzalo), Paulo perderia em verossimilhança e, portanto, em força crítica, e Felizardo não passaria de um retrato histórico-sociológico. Da mesma forma, sem os sujeitos marginalizados, o destino de Gonzalo se reduziria à determinação naturalista sem sair dos limites da representação de uma só classe social, e o destino de Policarpo seria tão radical quanto fantasioso. A efetividade da representação da República excludente está na interligação do “outro” republicano com o “outro” marginalizado, o que oferece, de uma só vez, a força crítica do social e a verossimilhança do literário.

Enunciação romanesca e adiamento da emancipação social

Policarpo e Gonzalo, em termos próprios, representam artisticamente a tensão entre o que chamo de retórica fundacional e as práticas das respectivas sociedades, brasileira e venezuelana. Os romances completam a crítica social do quadro no relacionamento destes com personagens diversos em situação de marginalizados (o indígena, Ricardo, Olga, Felizardo, Paulo e, até um ponto, Josefina). O drama do fracasso de entusiasmos retóricos e iniciativas agrárias e bélicas é o emblema de um antagonismo maior e profundo de índole social que se reporta ao passado fundacional pelo uso dos elementos discursivos da nacionalidade. Assim, os elementos da valorização do indígena como símbolo da nação no olhar ex-colonial, a visão romântica da terra farta e fértil dos cronistas e viajantes durante a colonização europeia, a ética liberal de trabalho agrário já nas nações sul-americanas independentes, os programas políticos de ação e as ideologias literárias (neoclassicismo, romantismo e realismo nacionais) a partir da Independência, toda essa produção textual-cultural e todos esses elementos discursivos ficaram numa espécie de dívida social histórica consigo mesmos que, penso, está latente em várias das articulações enunciativas dos dois romances. Lembremos algumas instâncias latentes.

Na terceira parte de *Triste fim*, imediatamente depois de se convencer sobre a necessidade de uma reforma geral para a administração do governo, Policarpo recorre à escrita e redige um projeto, que é recebido pela frase indiferente e sarcástica “você é um visionário” por parte do presidente Floriano, a

autoridade máxima.¹¹⁵ A passagem supera a circunstância e contingência entre Policarpo e Floriano e vai representar uma ordem de coisas existente. Vejamos. Apesar de o documento escrito ter, na ótica romântica de Policarpo, um valor de verdade e um potencial real de transformação, seu memorial é engavetado. Enquanto a ação narrativa ocorre, a enunciação romanesca expõe o mecanismo de funcionamento da ordem constituída: toda solicitação formal diante do sistema burocrático se recebe protocolarmente, sim, só para ser considerado depois. A resposta àquilo que é recebido e guardado sem a atenção devida só pode ser adiada indeterminadamente, criando uma infinita procrastinação. O âmbito burocrático governamental é apenas uma instância na qual o reformismo é freado, mostrando, em outro plano da narração, a plasticidade enunciativa do texto, que repete a operação em outras passagens.

Por exemplo, quando Policarpo fica desiludido com a recepção de Floriano para com ele, se pergunta sobre a quantidade de mortos na guerra e sobre o porquê de não se focar na produtividade nacional. Ele ainda justificará a situação convencendo-se de que o marechal está “atrapalhado, não pode agora; mais tarde com certeza [Floriano] fará a cousa”.¹¹⁶ O personagem projeta para o futuro a ação e o bem desejados. Ainda, poucas páginas depois, julgado por traição e esperando ser fuzilado, Policarpo reconhece com lucidez seu fracasso e se pergunta, por meio do narrador, com um antecipado elo póstumo de idealismo: “quem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes?”.¹¹⁷ A enunciação romanesca comunica uma lógica profunda de projeção para um

¹¹⁵ BARRETO, op. cit., p. 207.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 215.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 245.

futuro desejado de concretização incerta, procrastinado infinitamente.

De forma semelhante, no romance venezuelano, quando Gonzalo avalia sua obra fracassada, nos monólogos patológicos indicativos do complexo de inferioridade, ele consegue algo relativamente positivo. Lemos:¹¹⁸

Sim, ele era um extemporâneo, um fruto antecipado; seus irmãos, seus iguais, ainda dormiriam por muito tempo no mistério [a respeito do saber científico que ele possuía]. Ele era como uma referência, como um ponto de mira, como *uma nova amostra do que seriam os outros, os que haveriam de vir*, os que não conheceriam suas dores e suas angústias, seus afãs e lutas por deixar sua pegada, porque todo homem estava no dever e no direito de deixar como um estrelato luminoso. Tal era sua concepção de vida.¹¹⁹

Assim como seu homólogo carioca, Gonzalo vê sua própria tentativa arruinada como modelo pioneiro a ser superado num futuro indefinido. A enunciação da ação leva a proposta reformista só para depois.

Dessa maneira, os dois narradores, à margem do fracasso dramático explícito, codificam no estilo literário o problema do adiamento da emancipação social que não se concretizou nem junto, nem depois da emancipação política. O personagem e a linguagem romanesca são o ponto de articulação da fala política própria à forma artística em obras narrativas que representam a

¹¹⁸ URBANEJA ACHELPOHL, op. cit., p. 306.

¹¹⁹ “*Si, él era un extemporáneo, un fruto anticipado; sus hermanos, sus iguales, aún dormirían por mucho tiempo en el misterio [a respeito do saber científico que ele possuía]. Él era como un jalón, como un punto de mira, como una muestra de lo que serían los otros, los que habrían de venir, los que no conocerían de sus dolores y sus angustias, de sus afanes y luchas por dejar su huella, porque todo hombre estaba en el deber y el derecho de dejar como una estela luminosa. Tal era su concepción de vida*” (grifos nossos).

vida nacional. A burocracia representada nas ficções fala pelos prazos de tempo histórico indeterminados, que têm colocado para depois a satisfação da emancipação social dos sujeitos marginalizados durante a colônia e o período ex-colonial iniciado com a Independência política e continuado com a modernização finissecular.

Romance republicano e crise constitucional

Ao estudar Policarpo Quaresma em *Triste fim* e Gonzalo Ruiseñol em *Este país*, constatei que o estudo comparado das literaturas venezuelana e brasileira é ainda incipiente e que a atenção separada de suas historiografias é insuficiente para formar uma compreensão de conjunto e dar uma contribuição à crítica literária. As historiografias (e as bibliografias) precisam dialogar, o que vale para todas as literaturas na América Latina e Caribe. Esse diálogo deve revisar continuamente a questão da opção de análise e a metodologia adequada de forma a superar noções demasiadamente gerais sobre questões de cultura latino-americana.

Se a premissa inicial é estudar a dimensão política desses romances e estabelecer diferenças e semelhanças na comparação entre os textos, uma primeira conclusão geral é a constatação de que ambos contêm personagens patrióticos com formas de idealismo que fracassam ao tentar contribuir com o projeto de nação e seu progresso, constituindo assim um tema típico não apenas da literatura no final do século XIX. No nível da composição, os textos são concebidos no parâmetro do estilo realista-naturalista que caracterizou uma tendência da literatura nacional venezuelana e brasileira em princípios do século XX.

O marcado interesse pela dimensão social da história nacional nos romances, por um lado e, por outro, a constante associação entre literatura e história na crítica literária sobre os romances me levaram a considerar a densidade da forma literária em conjunção com a seleção dessa história nacional em cada país em uma perspectiva metodológica relacional, propriamente comparativa. Para isso, optei pelo modelo de

Fredric Jameson formulado em *The Political Unconscious*,¹²⁰ por oferecer três horizontes de leitura em que a interpretação do artefato cultural (o texto romanesco) passa da reescrita do simbólico (o personagem literário) à reescrita do antagonico (lutas sociais e de classe) para atingir, no terceiro horizonte, o modo de produção do texto em chave histórica.

No primeiro horizonte, o simbólico, a eliminação de Quaresma e a reabsorção de Ruiseñol constituem uma diferença problemática, dado que, embora no nível do discurso nacionalista e agrário ambos entrem em tensão com o sistema dominante ao qual pertencem, na prática bélica, instância final da resolução dramática, Quaresma age dentro do centro do poder e Ruiseñol, contra este. Assim sendo, se o contexto político brasileiro se caracteriza pela continuidade do fio constitucional, apesar das revoltas internas, quando chega a República, por que Policarpo Quaresma é eliminado do sistema de modo tão brutal? E se o contexto venezuelano se caracteriza pela ruptura do fio constitucional com os golpes e revoluções da difícil consolidação da República, por que Gonzalo Ruiseñol é reintegrado pelo sistema de modo tão tolerante?

O itinerário de Policarpo representa o fracasso de uma forma ideal da retórica patriótica que inclui imagens românticas do cultivo da terra e das origens indígenas do povo. Também representa a decepção do ideal por meio da violência medíocre da guerra e do seu encarceramento arbitrário, mesmo tendo lutado a favor do governo. Esse itinerário pode ser reescrito no antagonismo gerado pela sua passagem na Revolta da Armada, confronto violento entre o Executivo e a Marinha a propósito da constitucionalidade do governo do presidente ditatorial Floriano num Brasil recém-feito República, marcando o fim do

¹²⁰ É conhecida a posição do crítico estadunidense a respeito da literatura “terceiro-mundista” como alegoria, questionada depois por críticos como Aijaz Ahjaz, com quem partilho. Quero fazer a distinção entre a utilidade do modelo interpretativo e os juízos de valor questionáveis.

Império civilista. Os grupos e partidos políticos em disputa revelam, e também reiteram, que a lógica excludente brasileira da *realpolitik* é uma concorrência de difícil convívio desde a fundação constitucional da nação. Todavia, há pelo menos dois tipos de antagonismo. O primeiro é esse que acabo de mencionar da política em primeiro grau.

O segundo antagonismo se observa ao se relacionar a força crítica da queda de Policarpo com outros personagens: a inteligentíssima Olga Coleoni, o artista popular Ricardo Coração dos Outros e, especialmente, o camponês Felizardo. O romance fala politicamente, sempre por meio da forma artística, do fracasso e da decepção de Policarpo sobre os sujeitos sociais excluídos: o dissidente, o intermediário e o explorado, respectivamente. Na medida em que Policarpo fracassa e se decepciona, apesar do caráter ativo da sua última carta de protesto contra as forças externas que o oprimem, as possibilidades desses sujeitos marginalizados se fecham. A relação entre a queda do ideal e esses sujeitos se reescreve, pois, no fardo social da herança patriarcal e colonial do latifúndio e da escravidão, mantida durante os períodos monárquicos absolutista e constitucional¹²¹ no Brasil. Policarpo é uma forma literária e artefato cultural que significa a instaurada constitucionalidade ilustrada, cujo sistema historicamente prometeu uma igualdade de direitos que invariavelmente adiou, em especial, para os marginalizados.

No nível histórico, o código realista-naturalista dá tratamento ficcional à crise constitucional e ao problema social,

¹²¹ A historiografia constata que a causa da queda da Monarquia constitucional é, precisamente, a Abolição. A respeito, cf.: COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

que agora não operará com base na ciência fisiológica que explica a degeneração do indivíduo, mas, na apropriação criativa de Lima Barreto, com base na crítica à nova ordem constitucional republicana e sua mentalidade patriarcal-colonialista, que desdiz o ideário social constitucional ilustrado, prometido tanto pelos seus fundadores monárquicos quanto pelos republicanos. Ainda nesse nível, essa modalidade do realismo como código de significação (que funde o fracasso decepcionante e a crise republicana) apresenta como ideograma a inflexibilidade da vida política brasileira, ou seja, de tudo aquilo que impede mudança e transformação sociais e, logo, políticas.

Por sua vez, Gonzalo Ruiseñol representa o fracasso da retórica, da agricultura, e também representa a decepção da violência inumana da guerra, mesmo sendo libertado do cárcere, embora tenha lutado contra o governo. Esse itinerário pode ser reescrito no antagonismo social gerado pela “Revolución Libertadora”, que revive a instabilidade política de sete décadas de vida republicana no confronto entre a ordem constituída e a revolução fora da ordem. As forças oficiais e os grupos subversivos em disputa revelam, e também reiteram, que a lógica excludente venezuelana da *realpolitik* se caracteriza pela ruptura contínua do fio constitucional desde a fundação da nação. Esse é o primeiro antagonismo.

O segundo surge ao se relacionar a força crítica da queda de Gonzalo com outros personagens que tornam visíveis os sujeitos excluídos e evidenciam o desgaste da tradição *criolla*. Por isso, o romance fala politicamente, sempre por meio da forma artística, do fracasso e da decepção de Gonzalo, quando se arrisca a optar pela transformação simbólica da classe governante pela ascensão social de um dos sujeitos marginalizados, no caso, pela atividade militar do mestiço Paulo Guarimba, no início um peão de sítio. Na medida em que Gonzalo é perdoado de sua subversão e a liberdade recuperada é neutralizada pela incapacidade patológica do *criollo*, as

possibilidades do sujeito marginalizado se abrem. A relação entre a queda de Gonzalo e a ascensão social de Paulo se reescreve, sim, no fardo social da herança *criolla* do latifúndio e da escravidão, mas também na relativa mobilidade social aberta desde as lutas independentistas do movimento republicano venezuelano (que integraram todos os sujeitos da sociedade colonial), logo hegemonizadas pelos *criollos*. Gonzalo é uma forma literária e artefato cultural que significa a instaurada constitucionalidade ilustrada, cujo sistema historicamente prometeu a igualdade de direitos e a inclusão social que invariavelmente adiou.

No nível histórico, o código realista-naturalista dá tratamento ficcional à crise constitucional e ao problema social que operará, na apropriação criativa de Urbaneja Achelpohl, a partir da observação natural que explica a incapacidade social do indivíduo *criollo* no meio nacional da terra “tórrida” e critica a velha ordem do caudilho regional e sua mentalidade patriarcal-colonialista, que desdiz o ideário social constitucional ilustrado, prometido pelos seus fundadores. Isso quer dizer que, dentro da sua aposta simbólica, o romance justifica a nova ordem do supercaudilho centralizador. Ainda nesse nível, essa modalidade do realismo como código de significação (que funde o fracasso decepcionante, a ascensão simbólica e a crise republicana) apresenta como ideologema a permissividade da vida política venezuelana, ou seja, do movimento pendular de governos legítimos derrocados para governos *de facto* logo relegitimados que balançam no recortado fio constitucional. Decerto, essa permissividade não muda a lógica de exclusão da república *criolla*, paradoxalmente destacando, no código histórico maior, a promessa adiada da emancipação social do indígena, do negro e do mestiço depois da Independência política liderada pelo *criollo*.

Agora posso responder à pergunta formulada antes. O final pessimista de modo fatal e fechado em *Triste fim*,

emoldurado no contexto brasileiro, pode ser explicado pela desesperança, que implica um sistema caracterizado por uma continuidade inflexível que não aceita renovação de fato, enquanto que o final pessimista-otimista de modo não fatal e aberto em *Este país*, emoldurado no contexto venezuelano, pode ser explicado pela esperança, que implica um sistema caracterizado pela descontinuidade permissiva cujo recomeço considera renovações possíveis, embora incertas.

O destino dos dois personagens é a forma literária e o artefato cultural cujo “triste fim” é proporcional ao adiamento da promessa da emancipação social, num tempo republicano, dos sujeitos excluídos e marginalizados desde tempos coloniais. A textualização do destino deles e sua enunciação romanesca recuperam a intenção de integração social contida nos programas políticos independentistas do sujeito ex-colonial latino-americano em ambivalência (i.e.: Bolívar, Bonifácio), com a ameaça da desintegração social efetuada pela lógica de exclusão do Estado constitucional por parte do sujeito transformado em sujeito neocolonial latino-americano. Assim, a integração e desintegração política e social ficcionalizadas marcam de forma profunda os dois momentos que assinalam o centenário da nação: a Independência, no início do século XIX, e a modernização, no final do mesmo século e início do seguinte. A grande abrangência da dialética da integração e desintegração latino-americana envolve a ideologia formal ou *ideology of form* (a inflexibilidade, a permissividade) do artefato cultural perfeitamente costurado entre a enunciação romanesca (os personagens e as ações fracassadas) e a crise constitucional (a exclusão social histórica). Por isso, os textos podem ser qualificados, em termos literários, de romances republicanos, abrindo e fechando o capítulo do estilo realista-naturalista do livro da historiografia literária latino-americana na virada do século XIX ao XX.

Sobre o autor

Dionisio Márquez Arreaza é doutor em Literatura Comparada (UFRJ). Realizou um pós-doutorado na UFRJ e atualmente realiza outro pós-doutorado na UNILA. Foi professor de literatura na Universidad de Los Andes (Venezuela) e é editor administrativo da revista *Alea* (UFRJ). Trabalha com literatura comparada latino-americana e caribenha. É autor do livro *O romance do fracasso: literatura e política na narrativa latino-americana contemporânea* (2025).



Em 2025, o LABELLE — Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da Belle Époque — completa uma década de atividade ininterrupta, seja na forma de eventos acadêmicos, seja na forma de artigos e livros, parte deles disponibilizada no portal eletrônico. Durante esse período, numerosos pesquisadores nacionais e estrangeiros se somaram a este grupo de pesquisa, colaborando decisivamente para o resgate de obras, o diálogo com a crítica e a renovação das perspectivas de estudo. Para celebrar nosso aniversário, a coleção Ensaios Labelle - 10 Anos dá a público livros autorais produzidos por diversos colaboradores, membros do laboratório. Fica aqui o convite para que os leitores conheçam e divulguem esses e outros trabalhos.

Visitem: <https://labelleuerj.com.br/>

